



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

A CIDADE DO NATAL
NA VISÃO DE HENRIQUE CASTRICIANO (1899-1920)

Valéria de Fátima Chaves Araújo

Natal-RN

2004

VALÉRIA DE FÁTIMA CHAVES ARAUJO

**A CIDADE DO NATAL
NA VISÃO DE HENRIQUE CASTRICIANO (1899-1920)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa II, como requisito para conclusão do curso de graduação em História – Licenciatura e Bacharelado - da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

Natal - RN

2004

AGRADECIMENTOS

À Deus, que sempre esteve comigo, mesmo quando eu não o percebi.

À mainha, cujo amor é o meu sustentáculo.

À Plácido, que com imenso amor e carinho me reconduziu ao caminho certo, segurando minhas mãos e me erguendo quando eu não tinha forças para levantar. Obrigada por estar sempre ao meu lado, nas vitórias e derrotas, nos sorrisos e nas lágrimas, pelos valiosos conselhos, pelo amor incondicional, pela imensa paciência e, especialmente, por ter me dado uma vida nova e digna. Eu não conseguiria sem você. Espero que me acompanhe sempre, dividindo comigo sua luz.

À minha família, sempre presente em minha vida. Aos meus pais, irmãos e irmã, Titia, Sérgio, Júlia e Albertinho, sempre amados.

À todos os que me ajudaram nessa conquista, especialmente ao professor Raimundo Arrais, que com dedicação e competência soube me conduzir na difícil missão de trazer à tona o pensamento de uma das mais importantes personagens da nossa História que, como a maioria das outras, ainda está esquecido; a professora Aurinete, sempre disponível para orientar e ajudar nas situações acadêmicas e pessoais, com um sorriso e uma palavra amiga; a todos os funcionários da Biblioteca Zila Mamede, do Núcleo de Estudos Históricos, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Escola Doméstica de Natal, pela indicação de livros e pela gentileza no atendimento. Obrigada a todos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO.....	06
CAPITULO I - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	09
CAPITULO II - A CIDADE DO NATAL SOB O IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO	17
CAPITULO III - A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO NATAL NA VISÃO DE HENRIQUE CASTRICIANO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reformas no Rio de Janeiro.....	13
Figura 2 – Avenida Deodoro em 1916.....	19
Figura 3 – Local onde foi construída a Praça Pedro Velho.....	22
Figura 4 – Homens conversando no Beco da Lama.....	29
Figura 5 – Bonde elétrico da linha Petrópolis.....	31
Figura 6 – Cinema Polytheama e Casa Paris em Natal.....	33
Figura 7 – Castriçiano e a primeira turma da Escola Doméstica.....	38

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre 1889, início da República no Brasil, e 1930, fim da primeira República e início da Era Vargas, é um período pouco estudado da História do Rio Grande do Norte, especialmente na sua capital, Natal. Esse período corresponde ao espaço de tempo entre o início do segundo governo de Alberto Maranhão, no qual ocorreu a maioria das mudanças arquitetônicas e sociais da capital e o final do governo de Juvenal Lamartine de Souza, último governador da primeira República. O objetivo deste estudo é preencher parte da obscuridade deste período da história do Rio Grande do Norte, visando identificar, nesta sociedade republicana, os primeiros sinais da modernidade e transformações urbanas trazidas da Europa, de acordo com a visão de Henrique Castriciano, expressa em crônicas publicadas nesse período. A entrada da Cidade do Natal no regime republicano e no século XIX será analisada a partir das novas idéias de higienização, modernidade e progresso introduzidas pelos planos de modernização de cidades como Paris e também da Capital Federal do país, o Rio de Janeiro, as quais muito influenciaram a elite norte-rio-grandense, que procurou implantar aqui mudanças semelhantes.

A repercussão dessas mudanças entre a população, tanto no contexto social como no político também será objeto de análise deste trabalho. Para isso, serão utilizadas algumas das crônicas escritas pelo poeta e político Henrique Castriciano de Souza, nas quais constam descrições sobre o cotidiano da capital neste período e sobre as condições sociais da cidade, permitindo que reconstruamos as mudanças que a elite e o governo impuseram à cidade, para tentar colocarmos-na no mesmo patamar social e político de outras capitais do país.

Henrique Castriciano de Souza nasceu em Macaíba, perdeu seus pais ainda criança e mudou-se para Recife, para morar com os avós. Iniciou sua carreira de jornalista ainda adolescente e escreveu, durante mais de trinta anos, crônicas para o jornal A República, que pertencia à família Albuquerque Maranhão. A ligação entre Castriciano e os Albuquerque Maranhão, porém, não se limitou apenas ao jornal, tendo ele ocupado vários cargos durante os períodos de governo dos Albuquerque Maranhão e seus aliados, dentre os quais os de deputado, procurador do Estado, vice-governador e secretário de governo. Em suas crônicas, Castriciano deixa perceber o quanto era precário e atrasado o Estado do Rio Grande do Norte durante o período de 1889-1930. Embora fizesse parte da elite intelectual local e estivesse ligado à família Albuquerque Maranhão, Castriciano não se limitou a apenas a elogiá-los. Também fez críticas à situação geral do Estado em diversas áreas, como educação, saúde e também em termos de diversão.

Além de escrever n'A República, jornal que, além de divulgar as idéias de modernidade defendidas pelo governo, também servia de órgão de divulgação dos atos oficiais durante o primeiro período da República no Rio Grande do Norte, estando sob o controle e a serviço da oligarquia Albuquerque Maranhão durante quase três décadas e atuar no governo, Henrique Castriciano também escreveu para periódicos, como a Revista do Centro Polimátyco e o jornal A Gazeta do Commercio, de Pernambuco durante e depois do período em que lá residiu quando cursava a faculdade de direito. Homem culto e viajado, na definição de quem o conheceu, como o folclorista Câmara Cascudo, Castriciano era partidário das reformas que proporcionassem uma modernização da cidade do Natal e melhorassem a qualidade de vida da população do Estado como um todo. As mudanças arquitetônicas, culturais e sociais procedentes da Europa, foram fundamentais para o início da modernização de várias capitais do Brasil, dentre elas o Rio de Janeiro, então Capital Federal, Salvador, Recife e Manaus. A modernização dessas capitais serviu de exemplo e incentivo para as elites locais, apoiadas pelo então governador Alberto Maranhão, iniciarem uma campanha de modernização de Natal que pretendia reorganizar toda a cidade e modernizá-la a ponto de equipará-la aos modelos arquitetônicos e culturais europeus, considerados como símbolos de uma nova era, mais moderna e civilizada.

Em Natal, a construção do bairro da Cidade Nova foi o fato mais representativo desse desejo elitista de integrar-se à modernidade vigente: de acordo com o projeto arquitetônico feito para o novo bairro, que retirava da região casebres e pequenas granjas, este se constituiria de áreas arborizadas, ruas e avenidas largas, além de casas grandes e espaçosas, de acordo com os preceitos higienistas, o que, para as elites “serviria de refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que se expandiam pela cidade”.¹ O primeiro passo dado para a inserção do Rio Grande do Norte na modernidade foi a adoção de mudanças nos transportes públicos a partir da introdução dos bondes; na iluminação pública, com a introdução da energia elétrica em substituição à iluminação por lampião e nos hábitos sociais, que foram bastante influenciados pela cultura francesa.

Essas mudanças serão apresentadas de maneira que se perceba a influência das elites na organização social, política e arquitetônica do Estado, sobretudo em Natal, descritas por Henrique Castriciano em suas crônicas e também exploradas por outros autores que trabalharam com esta temática, além de trabalhos monográficos que estudam temas similares,

¹DIAS, Franknilda Macia de Medeiros. *Da escola ao lar: a mulher na cidade do natal (1915-1930)*. 2002. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História da UFRN, Natal. p.14.

como por exemplo, os que versam sobre energia elétrica, saneamento, situação feminina no Estado, condições sanitárias e econômicas da capital.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, os quais procurarão dar uma idéia do que mudou no país e no Estado com a chegada de novas idéias da Europa e, especialmente, implantadas aqui como forma de dar ao Brasil um aspecto mais moderno e condizente com sua nova situação política.

O primeiro capítulo abordará as mudanças arquitetônicas, econômicas e sociais implantadas na Europa e que serviram de modelo para as modificações introduzidas em cidades como Salvador, Recife e Manaus, além da Capital Federal e em que elas influenciaram a elite norte-rio-grandense. O segundo capítulo vai mostrar a importância da oligarquia Albuquerque Maranhão para a implantação das idéias de modernidade advindas das capitais supracitadas e especialmente da Europa, aqui no Rio Grande do Norte e a continuação desta modernização pelos governos subseqüentes até o fim da primeira República, destacando algumas das ações modernizadoras aqui feitas pelo governador Alberto Maranhão, principal artífice dessas mudanças. O terceiro e último capítulo vai retratar o processo de modernização da cidade do Natal sob a ótica de Henrique Castriciano, através de suas crônicas, que descrevem tanto aspectos físicos como sociais da cidade, além de fazerem uma análise da vida social dos habitantes da capital, suas ocupações, seus divertimentos e formação educacional.

As crônicas de Henrique Castriciano selecionadas para este trabalho foram retiradas de uma coletânea em três volumes de autoria do professor José Geraldo de Albuquerque e que servirão de fonte de consulta para este trabalho, devido, principalmente, à dificuldade de acesso aos periódicos já citados e pela fragilidade do estado dos que foram possíveis consultar, pois, para a realização da pesquisa seria necessário o manuseio contínuo dos mesmos, prejudicando ainda mais sua situação.

Capítulo I.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

As reformas modernizadoras européias inspiraram reformas no Brasil a partir da necessidade de integrar o Brasil à onda modernizante que se espalhava pelo mundo. Tornar o Brasil parte integrante dessa revolução modernizadora era preciso, pois o país, especialmente a elite agroexportadora, queria se aproximar dos modelos europeus de conhecimento e civilidade, mostrando-se como uma “sociedade científica e moderna”,² demonstrando progresso e modernidade para os outros países com quem iria negociar no mercado internacional. Vieram da Inglaterra, maior potência mundial da época, as primeiras mudanças no comércio exportador, já que a Revolução Industrial ocorrida lá fez com que a oferta de produtos fosse maior que a demanda, obrigando os produtores a procurar novos consumidores e novos fornecedores de matéria-prima. O comércio com países como o Brasil, por exemplo, exportador de matéria-prima e grande consumidor de manufaturados era, portanto, muito importante para a Inglaterra, embora a desigualdade das relações entre eles fosse gritante. Hobsbawm afirma, sobre isso, que “Para a economia britânica, preservar o mais possível seu acesso privilegiado ao mundo não-europeu era, portanto, uma questão de vida ou morte”.³

Além disso, seguindo o modelo europeu, percebeu-se a necessidade de limpar, sanear e urbanizar as cidades para combater as doenças que proliferavam nas grandes cidades brasileiras gerando epidemias, além de melhorar o aspecto da cidade. Os projetos de higienização, ou seja, de reorganização do espaço urbano, limpeza e eliminação de pragas, como os ratos, das cidades da Europa foram copiados no Brasil, primeiramente na Capital Federal, o Rio de Janeiro e, posteriormente, em outras capitais, como Salvador, Recife e Manaus.

A reorganização do espaço urbano se deu a partir da necessidade de reformular o aspecto da cidade, retirando do centro as habitações pobres e sujas, substituindo-as por outras mais de acordo com os novos preceitos arquitetônicos e higienistas. A necessidade de sanear as cidades também contribuiu para a substituição das ruas estreitas e desniveladas, assim como das velhas casas e cortiços por casas maiores e mais espaçosas. Essa reforma urbana incluiu também a reestruturação do sistema de distribuição da água e esgotos da cidade e teve influência francesa onde, dentre outros fatores, o grande aumento populacional em Paris criou

²SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.47. p.30.

³ HOBBSAWM, Eric J.A **era dos impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.111

vários problemas de saneamento, distribuição urbanística confusa das ruas e casas e desorganização do sistema de águas. Os problemas urbanos franceses, especialmente os parisienses, foram solucionados com uma reforma total no centro da cidade, tanto no que se refere à moradia quanto à distribuição de água e a reforma na rede de esgotos da cidade.

As reformas levadas a efeito em Paris a partir de 1853 produziram uma verdadeira reconstrução de grande parte da cidade, com o alargamento das antigas e estreitas ruas e conseqüente construção de vias de acesso mais amplas e traçadas de maneira a facilitar a circulação, demolição de casas velhas e insalubres (geralmente de operários ou outros membros da classe mais baixa) para a abertura de avenidas e para a construção de casas mais de acordo com os princípios higienistas e que, devido ao seu alto custo, passaram a ser habitadas por membros da classe superior. Somando-se a isso, houve também a ornamentação da cidade, com a construção de jardins, bulevares e monumentos situados de maneira tal que contribuíssem para ressaltar a paisagem da cidade.

O Estado brasileiro passava por uma reorganização política e hierárquica após a proclamação da República, além de enfrentar, também, uma demanda de pessoas que vinham do campo para as cidades em busca de melhorar seu padrão de vida e alguns dos problemas que aconteciam em Paris também surgiram nas grandes capitais brasileiras da época e algumas das soluções adotadas pelos franceses para sua resolução também foram copiadas aqui. Além disso, a reformulação no pensamento científico e filosófico francês e inglês trouxe ao Brasil novas teorias, como a da eugenia, ciência que se ocupa com o estudo de condições que tendem a melhorar as condições físicas e morais de gerações futuras e da frenologia, ciência que “defendia que a natureza criminosa inata de algumas pessoas podia ser determinada por características físicas peculiares”.⁴ A adoção de tais preceitos científicos levou à criação de institutos de ciência e da renovação da literatura, a qual levava essas teorias às pessoas leigas no assunto.

As epidemias foram as principais causas dessa necessidade de reformulação do espaço urbano. Com o saneamento precário e a sujeira das ruas, várias doenças proliferavam nas cidades, especialmente nas maiores, como o Rio de Janeiro e Salvador. Os médicos e os agentes da saúde pública esforçaram-se para promover junto aos governos a reformulação do saneamento das cidades argumentando que, melhorando as condições de higiene, diminuiriam as epidemias. Além disso, afirmavam eles que a população também precisava reformular seus hábitos quanto à higiene, pois dependia dela o asseio das casas e das ruas da cidade.

⁴ HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.p.151.

Estes argumentos também foram apresentados por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão em relatório de 1885 quando era Inspetor de Saúde Pública no Rio Grande do Norte, em que ele defendia a idéia de que somente educando e orientando a população para que mudasse seus hábitos culturais haveria uma mudança significativa na higiene pessoal e da cidade. Como se pode perceber, Pedro Velho parecia “imbuído da nova postura ‘científica’ que estava sendo aplicada em relação à saúde pública nos países mais ‘adiantados’ em geral”⁵. O conjunto de valores e modelos que a elite desejava impingir ao resto da sociedade brasileira também estava de acordo com a postura européia em relação à saúde e à higiene, os valores importados da Europa foram aqui sintetizados em “formulações filosóficas e científicas que procuravam ter junto à sociedade um efeito moral, normatizador”.⁶

O aumento do comércio entre o Brasil e a Europa, sobretudo com a Inglaterra influenciou bastante não apenas a economia brasileira, mas também a própria maneira como eram construídas as cidades e como era organizado o transporte de pessoas e mercadorias, já que coube à Inglaterra a construção da maioria das ferrovias brasileiras⁷. Da Inglaterra veio, também, a maior parte do maquinário industrial brasileiro e os técnicos que os instalavam e operavam.

O final do século XIX foi marcado por inovações tecnológicas, revoluções científicas e econômicas e o progresso daí redundante cada vez mais se confundiu com a civilidade, ou seja, quanto mais um país fosse progressista e moderno, mais civilizado era, distanciando-se do primitivismo característico dos países subdesenvolvidos. Essa “civilidade” era considerada característica das elites pois, para a manutenção de um certo padrão econômico que só as elites poderiam dispor. Coube, portanto, as elites se manifestarem contra a desorganização urbana e a favor da modernização urbana, social e cultural, até porque somente elas tinham condições econômicas de equiparar-se às grandes cidades européias como Paris, por exemplo, em termos de poder aquisitivo para as construções mais de acordo com os novos planos urbanos das cidades, que incluíam a abertura de largas avenidas, melhoria no saneamento e habitação; e de terem acesso à um tipo de educação formal bastante diferente das encontradas nas escolas públicas.

Foi, portanto, a elite que comandou o processo de “europeização” das grandes cidades

⁵ BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no RN (1880-1895)**. Natal: EDUFERN, 2002. p.44.

⁶ HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.26

⁷ Uma análise mais detalhada desse assunto pode ser encontrada em HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**.

brasileiras, pois “ao tomar o referencial europeu, essa elite importava valores e códigos sociais para o país, um cotidiano e uma cultura que iriam caracterizar o conjunto da vida social na modernidade”.⁸ Isso se refletiu bem não apenas na modernização dos transportes ou na reconstrução dos centros das cidades, mas também na influência européia, mais acentuadamente da francesa e inglesa, nos hábitos sociais, na literatura, na medicina e na engenharia. A reforma almejada pelas elites incluía também mudanças na distribuição de água, esgotos, iluminação, comunicação, educação, transporte público e, ainda, mudanças nos hábitos e relações sociais, assim como hábitos da intimidade.

A reurbanização iniciada na Europa logo foi seguida no Brasil, inicialmente na Capital Federal e, posteriormente, em outras capitais. O Rio Grande do Norte também fez várias reformas na sua capital, sobretudo a partir de 1908, seguindo os moldes europeus, especialmente na criação do bairro de Cidade Nova, planejado e executado dentro dos padrões higienistas. As reformas urbanas foram marcadas pela inequívoca influência de países como a Inglaterra e a França e pela difusão de novas tecnologias em construção e transporte nas cidades.

O Rio de Janeiro foi a primeira capital brasileira a receber e difundir as idéias modernizantes vindas da Europa devido, sobretudo, à sua condição de Capital Federal. A visão trazida por viajantes de cidades européias em reconstrução, reforma, abertura ou alargamento de ruas, influenciou as elites brasileiras, às quais esses viajantes pertenciam, para a reformulação de suas cidades. A pobreza, a desorganização e a sujeira encontrada nas ruas, especialmente nas das capitais, envergonhava as elites, que sonhavam com cidades brasileiras com ares europeus e, mais ainda, modernas e progressistas. O progresso era a meta perseguida pelas elites, as quais achavam que “o progresso da civilização era inevitável, idealizando um mundo moderno, moldado segundo os preceitos científicos e avanços técnicos”.⁹ A Revolução Industrial contribuiu para a formação dessa mentalidade progressista mundial e influenciou o pensamento elitista brasileiro porque criava “uma nova identidade, a identidade moderna, voltada para a rua, onde tudo está e/ou tudo acontece, onde estão os grandes espaços e as multidões”.¹⁰ Portanto, nada mais adequado do que reformular os espaços urbanos para conseguir a amplitude necessária para o progresso das cidades pois “Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela

⁸ HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. p.29.

⁹ ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A alma da cidade: a energia elétrica em Natal (1905-1920)**. 2003. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História da UFRN, Natal. p.8.

¹⁰ DIAS, Franknilda Macia de Medeiros. **Da escola ao lar: a mulher na cidade do natal (1915-1930)**. p.10.

~~mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela~~ proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado".¹¹

A maneira como foram feitas as mudanças na Capital Federal mostram como se privilegiaram as elites: grande número de casas humildes foram derrubadas e seus habitantes deslocados para longe do centro da cidade¹², local no qual foram abertas largas avenidas, nas quais foram construídos grandes e modernos prédios e residências, cujos proprietários pertenciam à classe mais abastada, que podia arcar com os custos da construção. Como se pode ver na figura abaixo, pequenas construções foram derrubadas para dar lugar a avenidas, nas quais se destacam prédios imponentes:

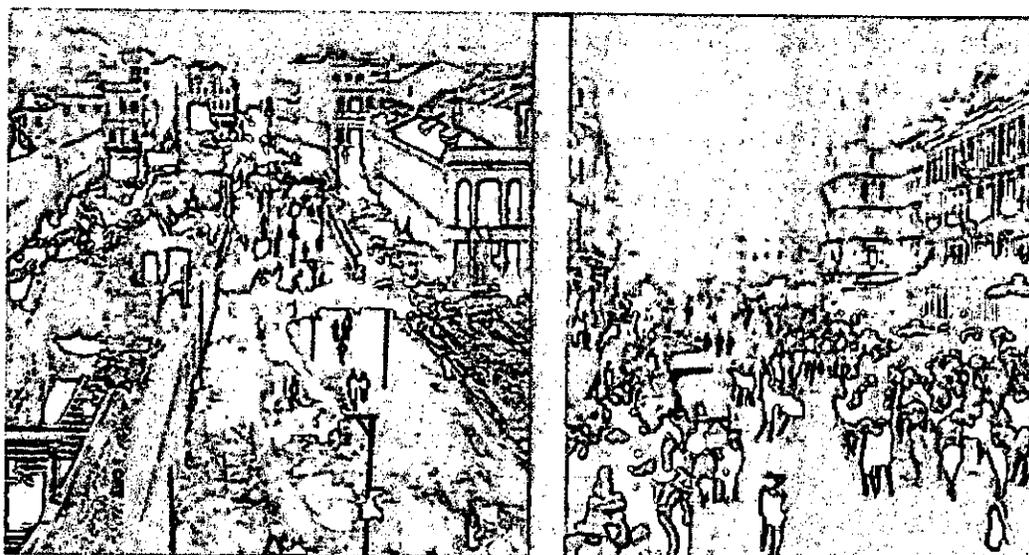


Figura 1: À direita, demolição de casas e prédios para dar lugar à Avenida Central no Rio de Janeiro (1904). À esquerda, a inauguração da avenida, em 1905. Fonte: HISTÓRIA VIVA, 2004.

O progresso almejado ultrapassava a necessidade de maquinário mais moderno ou transportes mais eficientes e chegava ao ponto em que o aspecto da cidade refletiria seu progresso e sua civilidade, assim como a eficiência das comunicações, das indústrias e o desenvolvimento do comércio.

Porém, o desenvolvimento comercial e urbano também trouxe problemas, dentre eles o aumento exagerado da população urbana que, por sua vez, causou problemas de habitação e higiene. Somado a isso, a mecanização dos meios de produção diminuiu ou extinguiu os empregos e várias pessoas, sem outro meio de renda, passou a viver da mendicância, o que significava menos higiene, mais concentração populacional em ambientes insalubres, como?

¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.29.

¹² Sobre a remodelação do centro do Rio de Janeiro, ver artigo em: VON DER WEID, Elizabeth. Bota abaixo! *História Viva*, São Paulo, Ano 1, nº 04, p.78-83, fevereiro de 2004.

faltou a conclusão do parágrafo

Mas a intervenção do poder público nas grandes capitais, especialmente no Rio de Janeiro, não se limitou apenas à reformulação arquitetônica. Houve, ainda, uma intervenção social e cultural, na medida em que passaram a limitar certos comportamentos, tentando evitar que “os indivíduos fossem tentados a se entregar aos seus hábitos coloniais”,¹³ como, por exemplo, coibindo o jogo e a prostituição e tentando intervir mesmo na intimidade dentro dos lares, ditando normas de comportamento que iam de encontro aos costumes arraigados na mente da população deste os tempos do império. O resultado disso foi uma insatisfação dos meios dominados (os pobres) contra os dominantes (os governos e também as elites).

Essa insatisfação refletiu-se bem na chamada “Revolta da Vacina”,¹⁴ onde a população do Rio de Janeiro revoltou-se contra a invasão dos agentes de saúde em suas casas para a vacinação obrigatória, sob o comando de Oswaldo Cruz, 1904, causando prejuízos físicos e financeiros. A tentativa de impor a vacinação à população do Rio de Janeiro revela o quanto os processos de higienização eram violentamente infligidos ao povo que, por sua vez, temia essa nova técnica e que “apesar do acerto da medida e da vacinação obrigatória, a força da mobilização popular indicava o descompasso entre os programas científicos e a compreensão por parte do povo”.¹⁵ A autora ^{Quem?} acrescenta que “Denominada popularmente como a ‘ditadura sanitária’, a vacinação obrigatória [...] provocou nas ruas do Rio de Janeiro forte reação popular”.¹⁶

A modernização ao estilo europeu que se pretendia no Brasil foi prejudicada por dois fatores principais: os costumes coloniais ainda arraigados nas mentes da população mais humilde, que cultivava hábitos de higiene, saúde e educação muito antigos, alguns do tempo da colonização, outros do império e que se recusavam, como no caso da vacinação obrigatória, a aceitar os novos preceitos médicos; e a própria caracterização intelectual e cultural do país, visto que, com tanta influência recebida da Europa e da África nos seus primórdios, como poderia se criar uma só identidade nacional no Brasil? A miscigenação e conseqüente mistura de culturas tão variadas quanto a africana e a européia resultou num país mestiço tentando integrar-se à um mundo essencialmente branco.

A partir de 1870, os estudos científicos passam a basear-se em teorias como o Positivismo, o Darwinismo e o Evolucionismo. A noção de raça surge no início do século

¹³ HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**.p.27

¹⁴ Sobre a Revolta da Vacina, ver interessante artigo em SCLAR, Moacir. **O Rio de Janeiro em pé de guerra. História Viva**, São Paulo, Ano 1, nº 11, p.82-88, setembro de 2004.

¹⁵ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**.p.34.

¹⁶ Idem.p.230.

XX, originando uma nova percepção intelectual dos grupos formadores da população, agora divididos não mais como “povos” ou “nações”, mais como “raças”. O conceito de “raça” vai influenciar o pensamento intelectual, visto que “o discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania [...] já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo”.¹⁷ A teoria das raças vai influenciar o pensamento intelectual de vários cientistas e literatos brasileiros, inclusive de Henrique Castriciano que, apontava como uma das causas do atraso do Rio Grande do Norte a falta de disposição dos seus habitantes para o trabalho, o que os tornava uma “legião de seres doentios, adoráveis de bondade e de virtudes, mas débeis, de uma fragilidade de crystal, incapazes de longa vida e de dar à pátria filhos aptos para o trabalho fatigante dos tempos modernos”.¹⁸

A miscigenação racial existente no Brasil criou uma imagem no exterior estereotipada, sendo mostrado como um país que a mistura de raças fadava ao atraso e ao fracasso como nação, segundo observa Lilia Moritz Schwarcz, afirmando que “a mestiçagem não era só descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação”.¹⁹ As teorias raciais chegadas com atraso ao Brasil foram logo adotadas pelas elites intelectuais que as utilizaram em interesses próprios, seja na manutenção de seu “status” enquanto descendentes de puras famílias brancas européias, seja na manipulação do conceito de “raça” no estabelecimento das diferenças sociais. Atribuía-se aos mestiços uma índole preguiçosa, sensual e inclinada à vadiagem. Logo, a elite, melhor representante racial e intelectual do país, tomou para si a responsabilidade de organizar as cidades, a educação e a economia, de maneira a projetar a imagem do Brasil internacionalmente como um país progressista.

Assim também aconteceu no Rio Grande do Norte onde a elite local, apoiada pelo governador Alberto Maranhão e influenciada por intelectuais como Henrique Castriciano, planejou modernizar a arquitetura, a cultural e a econômica do Estado, de maneira a fazer com que o Rio Grande do Norte se integrasse ao contexto moderno nacional e internacional. Castriciano, por sua vez, trazia para o Estado idéias inovadoras, especialmente as relacionadas à educação feminina e a educação técnica, que proporcionaria um meio de sustento para as

¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**.p.47.

¹⁸ BRAZ, José. Aspectos natalenses (CRÍTICA DE COSTUMES). [s.n.t.]. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). **Seleção: textos e poesias**. Natal:[s.n.].1993.v.1.p.10.

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**.p.13

famílias menos privilegiadas da sociedade.

A educação e a cultura do país também sofreram influência das mudanças ocorridas na Europa. Os chamados “*homens de ciencia*” influenciaram o comportamento intelectual e social do Brasil, com a adoção de teorias e comportamentos “modernos” trazidos da Europa. Claro que essas viagens de estudos só podiam ser feitas por quem tivesse condições financeiras suficientes para arcar com as despesas de viagem e manutenção ^(ao) velho continente, significando que só os membros das famílias mais abastadas poderiam enviar seus filhos para estudar na França ou na Inglaterra, onde eles tomavam contato com as novas teses e costumes, voltando mais “civilizados” do que os que aqui permaneciam. Esses intelectuais ao aqui chegarem divulgavam as novas idéias e pensamentos europeus e passavam a encarar a realidade brasileira com novos olhos, analisando de maneira diferente o que já conheciam antes de partir. Essa nova visão da realidade levou-os a se esforçarem para dar um ar mais moderno às cidades e reformular velhos conceitos.

As modificações arquitetônicas aconteceram junto com as mudanças intelectuais e culturais por eles propostas em busca do moderno. A modernidade que se pretendia com essas mudanças, era a integração do caráter social, ou seja, das pessoas que formavam a sociedade, a um padrão tecnológico e cultural mais avançado do que o que havia então. Os novos pensamentos e as novas teorias que caracterizavam essa modernidade provocava transformações físicas e culturais na sociedade. A inclusão do Brasil na modernidade vigente era necessária não apenas para integrar o país ao que acontecia lá fora, mas também para que o Brasil fosse visto sob uma nova perspectiva comercial, na medida em que um país moderno e progressista atrairia maiores investimentos estrangeiros do que um país com hábitos coloniais e economia ínfima.

É nesse contexto de reformas urbanas, culturais e sociais que vão acontecer mudanças na Cidade do Natal, cuja elite, baseada nas mudanças feitas na Europa e em algumas capitais do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, vai elaborar uma reforma na configuração da capital do Rio Grande do Norte.

Capítulo → A CIDADE DO NATAL SOB O IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO

A cidade do Natal, embora fosse a capital do Estado, foi, durante bastante tempo, uma cidade pequena. Suas poucas casas, até o início do século XIX eram, em sua maioria, de taipa, cobertas com palha ou folhas de coqueiro. Seus dois primeiros bairros, a Cidade Alta e a Ribeira possuíam poucas ruas, com casas simples e um pequeno comércio, especialmente de alimentos, mais numerosamente localizado na Ribeira.

A Cidade Alta foi o primeiro bairro de Natal, tendo como limites iniciais duas cruces, uma situada ao norte, nas proximidades de onde fica hoje a Praça Pedro Velho (Praça Cívica), na Avenida Prudente de Moraes e outra ao sul, fincada nas proximidades do rio Tissuru, também chamado da Bica, da Fonte ou do Baldo. Essas cruces demarcadoras também foram os primeiros limites estabelecidos para a futura Cidade do Natal.

A proximidade da principal fonte de água potável da região fez com que, durante muitos anos, a rua Santo Antônio fosse uma das principais ruas do bairro, junto com a rua Grande (local onde fixaram residência alguns dos capitães-mores da província), a rua da Palha, a rua Nova e a rua da Conceição, onde funcionaram os principais jornais políticos da cidade.²⁰

A Cidade Alta foi o local onde estiveram, primeiramente as principais repartições públicas, como o palácio do governo, situado na rua da Conceição, a sede da prefeitura, o quartel da Força Federal, a Capitania dos Portos e o Tribunal de Justiça. O comércio da Cidade Alta era menor do que o da Ribeira, o segundo bairro da cidade, mas muitos dos que moravam na Cidade Alta, bairro então quase exclusivamente familiar, trabalhavam na Ribeira. O maior ponto de concentração comercial da Cidade Alta foi, na época, o Mercado Público Municipal, construído em 1892, demolido e reconstruído em 1937 e destruído por um incêndio em meados do século XX. A Cidade Alta também possuiu um cinema, chamado “Royal Cinema”, bastante freqüentado e que tinha como maiores orgulhos apresentar um filme novo a cada dia, repetindo-os raramente e ter a melhor orquestra da cidade.

A única via de acesso entre a Ribeira e a Cidade Alta era uma ladeira em declive, também chamada de aterro em alguns registros, que, em função da chuva “ficava escorregadia, dificultando ainda mais a passagem de pessoas e carroças”²¹. A segunda via de

²⁰ Sobre esses jornais, ver CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.127-128.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p.129.

acesso só surgiu em 1935, com o prolongamento da Avenida Rio Branco, cujo calçamento foi inaugurado a 03 de maio”.²²

Até aproximadamente 1840, poucas foram as principais ruas do segundo bairro da capital, a Ribeira: a rua do Aterro, a rua da Campina, a rua da Praia, a rua da Alfândega e uma pequena praça, denominada praça do Canto, situada na esquina da rua da Praia com a rua da Alfândega. Os primeiros prédios de pedra e cal da Ribeira foram construídos a partir de 1850 e o primeiro cais, na rua da Alfândega, em 1863. Em 1869 foi construído o Cais 10 de junho que, posteriormente, chamar-se-ia Tavares de Lyra e em 1870, a sede da administração municipal mudou-se da Cidade Alta para a Ribeira, só retornando à Cidade Alta em 1902, durante o primeiro governo de Alberto Maranhão.

Na Ribeira, além do comércio e do porto, havia também a estação ferroviária da Great Western, o transporte fluvial para Macaíba e para a praia da Redinha, local onde muitas famílias “veraneavam” em determinada época, e o Mercado Público da Ribeira, muito freqüentado devido a seus preços baixos. Foi na Ribeira que nasceu, em 1911, a Escola Doméstica de Natal, única no gênero no país, cuja criação deveu-se ao empenho de Henrique Castriciano e que cuidava da educação das moças, especialmente as pertencentes às melhores famílias da cidade e que lá ficou durante cerca de cinquenta anos.

A expansão da Ribeira deu-se a partir do final do século XIX, continuando pelo século XX, até estagnar e começar a regredir nos últimos anos do século XX. Essa expansão iniciou-se a partir de 1902, quando a instalação da Comissão de Obras do Porto deu um grande impulso ao desenvolvimento da região e causou um surto de povoamento que se expandiu para o leste da Ribeira, dando origem às Rocas, ao Areal e a Montagem, futuros bairros periféricos da região. A Ribeira foi invadida a partir de 1903 por cerca de 16.000 pessoas que vieram do interior do Estado fugindo da seca. Esses retirantes acamparam na praça Augusto Severo, no mesmo local que, em 1904, seria inaugurado o Teatro Carlos Gomes, futuro Teatro Alberto Maranhão.²³

Também foi a Ribeira que primeiro recebeu iluminação à base de gás acetileno em 1905, com a criação da Empresa de Iluminação a Gás Acetileno. Como esse tipo de iluminação tinha um custo elevado, não se expandiu por toda a Natal. A Ribeira, bairro de grandes hotéis, casas comerciais, farmácias, alfaiates, clubes de dança e o primeiro cinema da

²² CASCUDO, Luís da Câmara. **Historia da cidade do Natal**. p.131.

²³ Sobre os bairros de Natal, consultar: CASCUDO, Luís da Câmara. **Historia da cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971; OLIVEIRA, Giovana Paiva. **De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal 1889-1913**. Natal: EDUFRRN, 1999.

cidade (o cinematógrafo Polytheama) que oferecia, além dos filmes, um “imenso salão de bilhar”,²⁴ sendo um dos cenários da vida noturna de Natal. A proximidade do cais e os hotéis e bares facilitaram a proliferação das casas de prostituição, de diversos tipos, como escreveu Lauro Pinto “Na Ribeira sempre existiram as pensões alegres mais ricas e bem servidas, como outras mais modestas. Da boate mais gran-fina até o sórdido, imortal e já tristemente célebre Beco da Quarentena”.²⁵ Acrescentando que “Embora pensões alegres estejam espalhadas por outros bairros, a Ribeira não perdeu a posição de destaque no comercio de carne humana”.²⁶

A cidade do Natal tinha um aspecto bastante provinciano antes das reformas modernizadoras feitas a partir da proclamação da República: na educação, o seu primeiro grupo escolar só foi criado em 1908, na Ribeira; a saúde publica, além de precária pelas condições insalubres da terra, ainda não dispunha de médicos em quantidade suficiente para atender a população; havia grande dificuldade de acesso às diversas localidades (futuros bairros) e os meios de transporte constituíam-se, além dos próprios pés, em burros, cavalos e as “cadeirinhas”, utilizadas por volta de 1840; as ruas da cidade não tinham calçamento e eram cheias de areia no verão e lama no período chuvoso, como se pode observar nessa foto da Avenida Deodoro, uma das principais do centro da cidade:

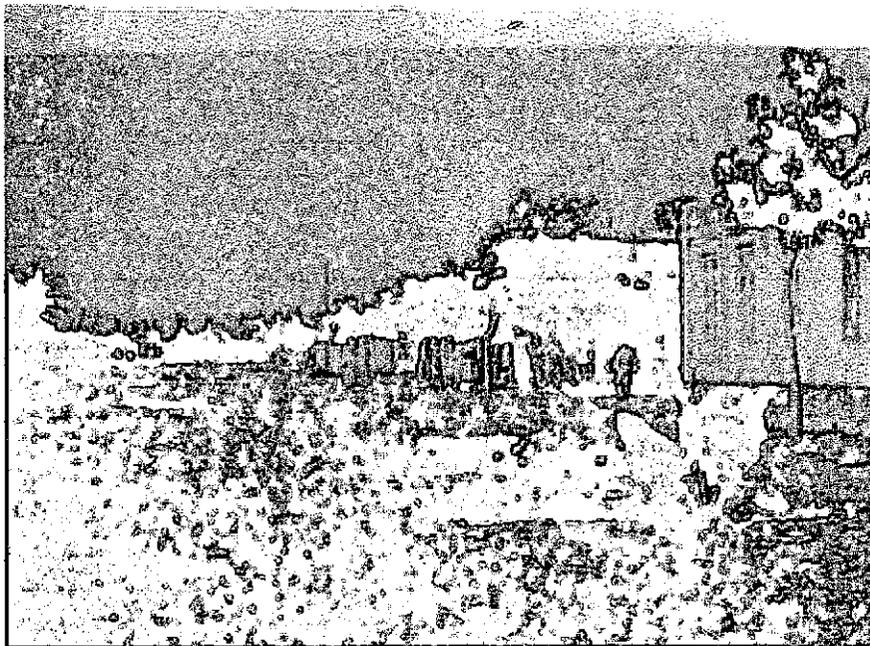


Figura 2: Avenida Deodoro, 1916
Fonte: REGO, 1998

²⁴ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Natal: Imprensa Universitária, 1971.p.26

²⁵ *Idem*.p.30

²⁶ *Idem*

Apenas em 1884 foi planejado um serviço de trilhos urbanos para Natal, com carros a vapor ou puxados a burro. A implantação desse serviço se deu apenas em 1890 com o surgimento da empresa de carros de aluguel que fazia o percurso Ribeira-Cidade Alta. Essa empresa, porém, só funcionou até 1891.

Além dos bairros da Cidade Alta e Ribeira, Natal possuía, em meados do século XIX, duas regiões habitadas, porém, segregadas do seu centro e caracterizadas pela pobreza: as Rocas, região localizada próximo ao Forte dos Reis Magos e o Passo da Pátria, localizado em um trecho de terra próximo ao rio Potengi, entre a Cidade Alta e a Ribeira. Havia, ainda, outras pequenas localidades povoadas, mais longe ainda no núcleo Cidade Alta-Ribeira, como a região do Refoles, quase exclusivamente rural, no qual construíram-se muitos asilos para o isolamento de pessoas pobres que contraíam doenças contagiosas como a varíola ou bexiga; o Baldo, já citado em 1761 como local onde se retirava água potável para cozinhar e beber e que era também uma espécie de balneário e também a região conhecida como Alecrim, onde localizava-se o cemitério da cidade e várias pequenas propriedades rurais.

Nesta época também era precário o sistema de iluminação, tanto pública quanto privada, pois somente em 1911 foi instalada a iluminação elétrica que, no início, também era precária e suscitava muitas reclamações.

O primeiro passo para a iluminação da cidade foi dado em 1851, quando houve a compra de quinze lampiões com combustível de azeite de carrapato para serem colocados nos principais pontos da cidade. Em 1859, o presidente da província, Oliveira Junqueira comprou e mandou instalar em Natal sessenta lampiões de azeite, sendo quarenta deles instalados na Cidade Alta e vinte na Ribeira. Em 1862, cinquenta por cento da iluminação foi suspensa devido ao alto custo e outras ruas foram perdendo iluminação pela falta de manutenção. Em 1883 foram comprados cem lampiões com postes de ferro que utilizavam querosene e abrangiam uma maior quantidade de ruas. Essa expansão, apesar de bem recebida pela população das ruas que não tinham luz, não melhorou a qualidade da iluminação e, em alguns casos, piorou a distribuição, porque como os lampiões precisavam ser acesos um a um, com o aumento na quantidade de ruas a serem iluminadas havia muitos atrasos e várias reclamações eram feitas de moradores de ruas que atrasavam no acendimento. Em 1905 foi criada a Empresa de Iluminação a Gás Acetileno, que iluminou trechos da Ribeira e da Cidade Alta. Esse serviço não foi estendido a todas as ruas dos dois bairros e nem aos outros bairros da cidade devido ao seu alto custo. É interessante observar que, três dias antes e três dias depois da lua cheia, apagavam-se as luzes para reduzir os custos.

Se em Natal a iluminação continuava deficiente e precária, na fábrica de tecidos de

Juvino Barreto, em 1892, já havia iluminação elétrica, a qual foi ligada, em 1906, à casa do senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, quando lá se hospedou Afonso Pena, presidente eleito da República. A energia elétrica expandiu-se no resto da capital a partir de 1911, com a iluminação e os bondes elétricos. Porém, ainda havia reclamações contra a empresa distribuidora de energia, não apenas da falta de iluminação em vários pontos da cidade, mas também com as constantes ameaças de perigo trazidas pela energia elétrica:

A empresa, constantemente responsabilizada pelos transtornos causados pela moderna fonte de energia cuja a utilização era imprescindível, era acusada de incompetência, pois demonstrava maior preocupação com o embelezamento da infra-estrutura dos serviços elétricos, que com a segurança que deveria oferecer aos consumidores.²⁷

A reformulação no aspecto das cidades europeias e nas grandes capitais do Brasil influenciou a alta sociedade norte-rio-grandense, que se esforçou para ver essas idéias aqui implementadas, contando para isso com o apoio dos intelectuais da época, como Henrique Castriciano e seu irmão Eloy de Souza e do governador Alberto Maranhão, principalmente a partir de 1908, quando este elegeu-se governador pela segunda vez e percebeu que era preciso que Natal se integrasse os “novos tempos”, acompanhando a modernização que se expandia por várias capitais e, notadamente, no Rio de Janeiro.

As mudanças urbanísticas feitas em Natal a partir de 1900 foram, em sua maioria, influenciadas pela Capital Federal. As regras de urbanização e higienização da cidade receberam influência do que se passava no Rio de Janeiro, onde favelas foram destruídas, pessoas foram retiradas de suas casas e houve uma reformulação total no centro da cidade²⁸.

O primeiro bairro criado nos moldes do higienismo, modelo predominante no país no início do século XX e que pregava o alargamento das ruas, o saneamento e a eliminação das pragas urbanas, como os ratos, foi o bairro da Cidade Nova, criado em 1902, desencadeando uma série de intervenções nos outros bairros, especialmente no que se refere ao saneamento, fiscalizadas pela Diretoria de Obras públicas e pela Inspetoria de Higiene Pública. Essas intervenções assemelharam-se às que aconteceram no Rio de Janeiro, quando da reurbanização da cidade, porém, não foram tão intensas, visto que, além da cidade ser bem menor e possuir menos habitantes, aqui havia menos moradias pobres no centro da cidade que no Rio de Janeiro. Posteriormente, o bairro da Cidade Nova dividiu-se em dois bairros: o

²⁷ ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A alma da cidade**: a energia elétrica em Natal (1905-1920). p.45

²⁸ Sobre a remodelação do centro do Rio de Janeiro, ver artigo em: VON DER WEID, Elizabeth. Bota abaixo! Fevereiro de 2004.

Tyrol (atualmente Tirol) e Petrópolis, considerados, na época “os pontos mais saudáveis de Natal, com suas largas avenidas, sem travessas, de solo arenoso e todas as ruas normais as correntes de ventos dominantes”.²⁹

Embora tivesse sido projetado para acompanhar as diretrizes higienistas, o bairro da Cidade Nova ainda possuía um aspecto rural, visto que suas ruas não possuíam calçamento e a maior parte de suas habitações constituía-se de chácaras e as residências localizavam-se “tão longe da cidade que a travessia era feita a cavalo e muita gente não encontrava razão naquelas simpatias por uma vida no mato”.³⁰ A Praça Pedro Velho foi construída em Petrópolis, sendo também, local onde os moradores iam se abastecer de água e por sua foto, se pode perceber as condições do bairro na época:

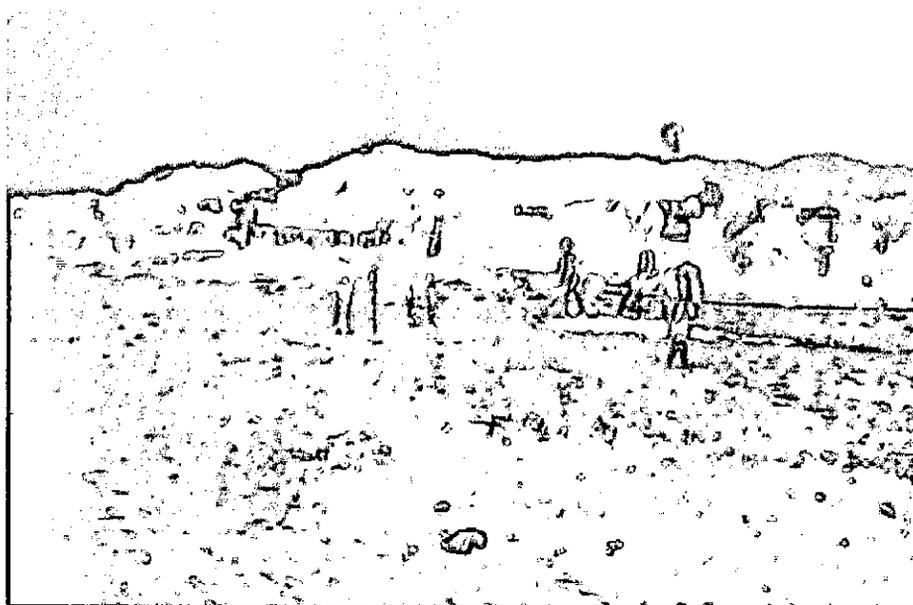


Figura 3: Local onde foi construída a Praça Pedro Velho. Observar pessoas se abastecendo de água.
Fonte: REGO, 1998

O Rio Grande do Norte projetou-se internacionalmente a partir do aumento nas exportações de algodão na segunda metade do século XIX, especialmente durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865)³¹. Tal comércio implicava na modernização dos implementos agrícolas, visando aumento da produção e melhoria na qualidade do algodão aqui produzido e a modernização dos meios de exportação desse produto, tanto no que se refere ao transporte, como na criação de firmas de exportação. A primeira delas pertenceu a

²⁹ LIMA, Pedro de. **Saneamento e modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920. Natal: Sebo vermelho Edições, 2003.p.10

³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Historia da cidade do Natal**.p.332

³¹ Sobre a economia algodoeira e a Casa Comercial do Guarapes, ver SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte - 1889-1930**. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989.

Fabício Gomes Pedrosa e localizava-se na região da cidade de Macaíba, próximo ao cais do Guarapes, de onde o algodão era embarcado para Pernambuco e de lá rumo à Europa, principalmente, para a Inglaterra.

A Casa Comercial do Guarapes, como era chamado o comércio de Fabício Gomes Pedrosa, foi a primeira e a maior casa exportadora de algodão do Rio Grande do Norte durante o período que corresponde à Guerra de Secessão e, a partir dela, se originaram várias outras, de diferentes naturezas, como armazéns e estalagens, trazendo um relativo progresso à cidade de Macaíba que “na fase do surto exportador do algodão em 1860, foi responsável pela vinda de embarcações estrangeiras, principalmente inglesas, que atracavam diretamente no porto fluvial de Guarapes”.³² Com o fim deste período e conseqüente diminuição das exportações, surge a necessidade de redirecionar o produto para outros mercados, já que aqui no Rio Grande do Norte só havia uma fábrica têxtil, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, que pertencia a Juvino Barreto. Vale salientar que, tanto a Casa Comercial do Guarapes quanto a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal pertenciam a membros da família Albuquerque Maranhão: a primeira, ao avô de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e a segunda a um futuro genro do mesmo. Esse fato vai contribuir para a estabilidade da oligarquia dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte.

Com a diminuição das exportações, os cotonicultores iniciam, então, o comércio com o sul e sudeste do país. Esse comércio trouxe, além de retorno financeiro, novas idéias e conceitos que estavam em voga na região e que não chegavam aqui durante o comércio com o exterior porque a produção algodoeira não embarcava diretamente daqui para a Europa, mas de portos vizinhos, como o de Recife, devido às más condições do nosso porto.

A precariedade do porto de Natal também dificultava a importação de manufaturados de outros países e os comerciantes passaram a pressionar o governo para que se fizesse uma reforma ou reconstrução do cais, para facilitar a exportação e a importação, bem como as viagens de longa distância e também as comunicações, já que cartas e encomendas levavam dias ou semanas para chegar devido às más condições das estradas. Isso quando chegavam.

A reivindicação dos comerciantes locais para a reforma do porto, visando facilitar o escoamento da produção algodoeira foi o primeiro passo para a introdução de mudanças significativas na estrutura da cidade, não apenas em relação ao porto e ao comércio, mas também na configuração das ruas e casas e mesmo no comportamento social. A busca pela

³² ALMEIDA, Cristiane de Araújo. **Modernidade e as obras públicas em Natal** (segundo governo de Alberto Maranhão). 2002. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História da UFRN, Natal, p.27.

modernidade tomou impulso durante o segundo governo de Alberto Maranhão, o qual tinha idéias consideradas revolucionárias para Natal na época e que, membro da elite intelectual e financeira norte-rio-grandense, homem culto e viajado, procurou transformar a pequena capital do Rio Grande do Norte em uma cidade digna de representar o Estado no país e no mundo.

Influenciado por intelectuais da época, Alberto Maranhão tentou dar à cidade ares europeus, construindo prédios de linhas clássicas, como o Teatro Carlos Gomes, hoje chamado Teatro Alberto Maranhão, alargando ruas e abrindo avenidas e, cúmulo do processo modernizador na cidade, construindo um bairro inteiro nos moldes higienistas, com avenidas largas, casas espaçosas e saneadas. Esse processo de modificação do aspecto da cidade baseou-se, sobretudo, nas modificações feitas no Rio de Janeiro.

Mas as alterações não se restringiram à arquitetura e ao urbanismo. As idéias e costumes também foram paulatinamente modificados em função do que se via em capitais como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. A sociabilidade, tão criticada pelo seu acanhamento por Henrique Castriciano, foi incentivada com a construção do Teatro, de praças e jardins, onde a população poderia circular e travar relações.

Sobre isso, Edgar Barbosa considerou que “Todo esse interesse pelas manifestações da cultura e todo esse amor à Beleza, que imprimiram um fulgor helênico à vida política de Alberto Maranhão, se devem, na sua melhor parte, ao influxo de Henrique Castriciano”.³³ Acrescente-se a isso, a influência de outros membros da elite local que, tendo condições de viajar para a Capital Federal ou à Europa, voltavam com idéias modernas, as quais uniam-se às idéias do governador e redundaram na tentativa de inclusão da capital do Rio Grande do Norte dentre as cidades “modernas” da época.

³³ BARBOSA, Edgar. *Imagens do tempo*. Natal:Imprensa Universitária, 1966. p.12.

A MODERNIZAÇÃO DE NATAL NA VISÃO DE HENRIQUE CASTRICIANO

A evolução urbana da Cidade do Natal no período de 1889 a 1930, ou seja, durante o período comumente denominado República Velha é a proposta deste capítulo, que analisará as mudanças nos aspectos físicos, sociais e culturais da cidade, através das crônicas escritas por Henrique Castriciano no período de 1899 a 1920, publicadas em periódicos como *A República*, *A Razão*, *A Tribuna*, *O Paiz*, *a Gazeta do Comércio*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* e na *Revista do Centro Polymático* e reunidas em três volumes de autoria do professor José Geraldo de Albuquerque e que servirão de fonte de consulta devido, principalmente, à dificuldade de acesso aos periódicos já citados. Nesses três volumes encontram-se não apenas as crônicas, mas também poesias, artigos publicados na imprensa da cidade do Recife, onde Castriciano morou durante um certo período, trechos de romances que foram publicados na época, mas que não tiveram continuidade e peças de teatro da autoria de Castriciano.

Henrique Castriciano, poeta e advogado norte-rio-grandense, nasceu na cidade de Macaíba em 15 de março de 1874, vindo de uma família de intelectuais, na qual se destacavam, além dele, sua irmã, a poetisa Auta de Souza e seu irmão, senador e também poeta, Eloy de Souza. Apesar de sua educação formal ter sido das melhores da época, a formação intelectual de Henrique Castriciano foi, sobretudo, autodidata. Segundo seu biógrafo, Câmara Cascudo, Castriciano era um leitor compulsivo e de variado gosto estilístico, lendo de tudo um pouco do que se podia conseguir na época, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro ou mesmo vindo da Europa, comprando ou ganhando livros, revistas e periódicos, os quais serviram de base para sua formação intelectual e que se espalhavam em sua casa e eram generosamente emprestados aos amigos.

Cascudo afirma ser Henrique “possivelmente uma das culturas mais gerais”³⁴ que ele conheceu e que ele se interessava por todos os assuntos, desde literatura e ciências, até Filosofia e História. Suas crônicas, publicadas em jornais e periódicos de circulação na capital do Estado até meados do século XX refletem essa cultura geral, na medida em que nelas estão inseridas não apenas a opinião do autor, mas também suas reflexões sobre o que lera e o que conhecera nas diversas cidades onde esteve. As crônicas selecionadas foram retiradas de uma coletânea em três volumes, denominada “*Seleta: Textos e poesias*”, organizadas pelo

³⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*. Recife: Imprensa Universitária, 1921.p.27.

professor José Geraldo de Albuquerque, na impossibilidade de consultas reiteradas aos periódicos da época, visto que vários deles encontram-se em estado precário, dificultando o manuseio.

A crítica ao que Castriciano considerava o provincianismo da cidade do Natal, ou seja, a falta de entusiasmo para com o trabalho e a diversão dos seus habitantes, é patente em suas crônicas, geralmente voltadas para o cotidiano da cidade, para a educação, a moral e os costumes da época ou para os intelectuais da terra, tais como Nísia Floresta, Ferreira Itajubá e Lourival Açucena. Suas crônicas também estão repletas de descrições, nem sempre lisonjeiras, da cidade e de seus costumes, especialmente nas da série “Lourival e seu tempo”.

Sua relação com a sociedade natalense da época é bastante ambígua, pois, ao mesmo tempo em que critica o marasmo social, a falta de estrutura de lazer na cidade e a pouca disposição de seus habitantes para a vida noturna, Castriciano era, na vida pessoal, um quase recluso. Henrique Castriciano foi descrito por Nilo Pereira na introdução de sua biografia, *Nosso amigo Castriciano*, como “introspectivo, quase casmurro, dominado, [...], por um complexo de desconfiança”³⁵. Mesmo de natureza reservada, Castriciano não pode furtar-se à observação do cotidiano natalense, nem muito menos deixar de compará-lo com o que havia visto em suas viagens à Capital Federal, à Recife e à Europa, principalmente no que se refere à vida social feminina.

A escolha das crônicas de Henrique Castriciano, as quais ele assinava com vários pseudônimos e que foram publicadas em periódicos da capital, deveu-se ao enfoque que, nelas, o autor deu à descrição do cotidiano, do comportamento social e moral dos natalenses e às suas perspectivas pessoais e sociais, expondo suas condições culturais e sociais, especialmente das mulheres.

Dentre os vários pseudônimos por ele usados para assinar suas crônicas, serão utilizados os que mais tem a ver com o assunto a ser abordado neste trabalho, destacando-se João Cláudio, cujas séries denominadas “Cinco minutos” e “A esmo” tratavam, sobretudo de política; José Braz e José Capitulino, que geralmente retratam em suas crônicas os costumes locais; H. Castriciano e Y, que escrevem sobre os temas diversos, como ciência, política, comportamento, educação, arte e esportes.

Algumas de suas crônicas fazem referência à política do Estado, tratando das realizações feitas após a proclamação da República e as modificações implantadas pela modernidade trazida da Capital Federal, mudanças estas ocorridas não apenas no

³⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*. p. 13

comportamento dos moradores na capital, mas também na paisagem local, com as diversas novas construções que buscavam se adaptar as idéias higienistas importadas da Europa via Rio de Janeiro, a modernização dos transportes, com a substituição das carroças e animais pelos bondes, primeiramente os de tração animal e depois os elétricos. Segundo Castriciano, a chegada da energia elétrica além de modificar o aspecto da cidade à noite, também possibilitou “uma maior sociabilidade em função da construção de áreas de passeio e dos bondes elétricos, aumentando os encontros entre as pessoas”.³⁶

Com relação às idéias modernizadoras, representadas pelas mudanças arquitetônicas a serem feitas no centro das cidades, Henrique as vê como necessárias, porém, de aplicação difícil devido à precária situação financeira do Estado que, malgrado a boa vontade do governador “um espírito cheio de iniciativas nobres, de tolerância perfeita, de acção prompta”³⁷, não pode resolver sozinho tão grandes problemas, pois

toda gente vê que não é possível ao Estado organizar como deveria um serviço de hygiene moderna. A propria União só o realisaria com innumerables dificultades, porque o trabalho maior está justamente na região menos povoada³⁸.

A ética pessoal dos natalenses também foi alvo do olhar de Castriciano, que considerava o povo não apenas mal preparado para uma vida social mais intensa e participativa, mas também atrasado quanto ao comportamento social vigente na Capital Federal e na Europa. O fato de as mulheres permanecerem reclusas em suas casas enquanto os pais ou maridos divertiam-se no teatro foi alvo de duas crônicas das mais exaltadas. Nessas crônicas, ele exprime sua opinião sobre a sociedade, descrevendo-a como “Uma sociedade que só tem estomago para digerir as magras sopas do emprego público e olhos, orelhas e dentes, para ver, ouvir e morder, tudo pelo lado mais falso e menos real”³⁹. Castriciano, nestas crônicas, indica como único dia em que as mulheres participavam da vida social da cidade o domingo, dia em que elas iam à missa, embora com tempo limitado de sair, pois “o marido gosta de almoçar cedo” e “papae briga se eu não voltar logo”⁴⁰.

Além disso, via a educação recebida em casa como atrasada e atrofiada, que acabaria

³⁶ ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. *A alma da cidade: a energia elétrica em Natal (1905-1920)*. p.35

³⁷ CLÁUDIO, João. Cinco minutos. *A República*, 06 de julho de 1917. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção: textos e poesias*. v. 1. p.347

³⁸ Idem p.347

³⁹ BRAZ, José. Aspectos natalenses (crítica dos costumes). *Gazeta do Comércio*, 16 de abril de 1903. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção: textos e poesias*. v. 1. p.185.

⁴⁰ BRAZ, José. Aspectos natalenses (crítica de costumes). [s.n.t.]. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção: textos e poesias*. v. 1. p.09

por “inutilizar a raça brasileira”⁴¹. A questão da raça e o evolucionismo ocupou os intelectuais e cientistas da época, sendo bastante discutidos no século XIX. Herschmann afirma, citando Brookshaw, que “a ideologia da República [...] enfatizou a aspiração do branqueamento racial no Brasil, estimulada pela imigração europeia e pela seleção sexual”.⁴²

Entre as crônicas de Castriciano, destaca-se a intitulada “A FARINHA”, escrita sob o pseudônimo de José Capitulino, na qual o autor critica a indiferença daquele que ele chama de “burguez egoísta”⁴³, pertencente à “classe do proletário intellectual”⁴⁴, pela pobreza e a desgraça do próximo, afirmando que

Sorratamente vás inculcando no espirito do povo, por cujas necessidades finges apiedar-te, quando em verdade, te são ellas de todo indifferentes, que só às novas instituições deve elle a miseria em que se acha.⁴⁵

A crítica explicitada nessa crônica não se refere apenas ao burguês, mas também à República, aqui representada pelas “novas instituições”, às quais Castriciano afirma que o burguês credita a penúria em que se encontram os miseráveis. Embora fosse republicano e participasse da política local, Castriciano não se furtava as críticas ao novo regime, especialmente no que se refere à indiferença para com a situação dos menos favorecidos. Essa crônica reflete essa opinião dele de que a elite, representada na crônica pelo burguês, usa as novas instituições republicanas como desculpa para não ajudar quem a ele recorre, dando a entender que são essas instituições que empobrecem as pessoas.

Essa indiferença tornava, segundo o autor, as pessoas menos preocupadas com os verdadeiros problemas da cidade e mais inquietas sobre a vida alheia, sendo eles

um grupo de individuos cuja unica preocupação cifra-se em espiar uns aos outros. Povo sem commercio sem arte, sem literatura, e, por conseguinte, sem intuição clara da vida moderna.⁴⁶

O hábito de reunir-se para comentar a vida alheia, tão criticado por Castriciano, pode ser ilustrado nessa foto, na qual pode-se observar também a ausência do sexo feminino nas ruas, fato este também observado por Henrique Castriciano e comentado em várias de suas

⁴¹ BRAZ, José. Aspectos natalenses (crítica de costumes).p.10.

⁴² HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.**p.150.

⁴³ CAPITULINO, José. A farinha. A República, 07 de abril de 1899. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.).**Seleção: textos e poesias.** v.1.p.147.

⁴⁴ Idem.p.147

⁴⁵ Idem.p.148.

⁴⁶ BRAZ, José. Aspectos natalenses (crítica dos costumes).p.185.

crônicas:



Figura 4: Homens conversando e andando no Beco da Quarentena, Ribeira.
Fonte: REGO, 1998.

A alusão feita por Henrique Castriciano à ausência de comércio, arte e literatura, deve-se ao fato que essas atividades, quando praticadas, tornam o indivíduo menos propenso a ocupar-se de futilidades e a analisar mais criticamente a realidade que o cerca. O comércio, no caso, representaria uma forma de trabalho que manteria o indivíduo ocupado demais para prestar atenção à vida alheia, além de fazê-lo sair do marasmo doméstico. A arte desenvolveria nele uma sensibilidade maior, tanto para apreciar a beleza como para observar os acontecimentos sob uma nova ótica, que não a da indiferença. Já a literatura abriria novos horizontes, pondo-o em contato com novas idéias e conceitos que reformulariam seu comportamento social, significando a reconstrução de uma nova realidade não apenas para o indivíduo, mas para toda a sociedade, mais moderna e afinada com as tendências mundiais.

Castriciano, estudando as teorias de Darwin e Spencer, percebeu que a inércia demonstrada pelos norte-rio-grandenses era incompatível com o desenvolvimento da sociedade, pois “Propriedade, justiça e auctoridade correspondem à integração das forças sociaes tanto em relação ao systema nervoso, como à substância intercellular”.⁴⁷ Ou seja, o marasmo em que vivia a capital do Estado e a falta de empolgação da sociedade para com a modernidade e as mudanças físicas a serem executadas na cidade fariam com que esta fosse sempre dependente de recursos externos para sua sobrevivência. Não bastaria o indivíduo integrar a sociedade, mas participar, interagir com ela, buscando o desenvolvimento

⁴⁷ CASTRICIANO, H. *Theoria organica das sociedades* (1902). Revista do Centro Polymáthico. 1920. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção: textos e poesias*. v.1. p.169.

individual e social, combatendo a inércia vigente em favor do desenvolvimento, pois “as doenças sociaes representam vícios antigos, radicalmente vinculados à estrutura organica de um povo”⁴⁸ e, portanto, deveriam ser combatidos para viabilizar as mudanças que colocariam a sociedade norte-rio-grandense no mesmo patamar de outras, mais desenvolvidas, embora, comparando o combate à sífilis no Rio Grande do Norte, em São Paulo e Paraná, Januário Cicco afirme o Rio Grande do Norte já praticava a prevenção dessa doença antes deles, embora tenham todos o “mesmo ideal para a felicidade da raça”⁴⁹. A preocupação com as chamadas “doenças sociais” também estava associadas à forma de vida que as elites tentam impor a toda a sociedade, procurando afastar os cidadãos dos hábitos tradicionais que as elites achavam prejudiciais à saúde e a sociedade, como o jogo e a prostituição.

Essas questões foram analisadas por Henrique Castriciano e por outros intelectuais da época como prejudiciais ao desenvolvimento urbano em geral e, especialmente, em Natal porque, comparando a sociedade ao organismo humano, ele observa que, assim como o corpo humano é formado por diferentes células, a sociedade é formada por diferentes estruturas, como indivíduos e poder público, que devem funcionar integradas visando bem comum, pois “existem fundas analogias decorrentes da semelhança que o corpo humano apresenta em relação ao funcionamento social”⁵⁰, ou seja, se para funcionar bem o corpo humano necessita que todas as suas células formadoras interajam, para que a sociedade bem funcione, necessita também que todas as suas partes integrantes caminhem juntas, integradas em prol do seu progresso. Conclui seu pensamento afirmando que

As sociedades, além da estrutura geral semelhante à dos typos animaes, tem órgãos de alimentação, de distribuição e de assimilação, representados nos diversos agentes que os compõem (...) Em estado primitivo, ellas sofrem certas mudanças sem que isso lhes cause abalo; nos núcleos completos, não se poderiam cortar certos órgãos de relação, da mesma maneira que se não pode dividir um mamífero em dous.⁵¹

Ao mesmo tempo em que enumera, em crônica de 1908, as várias construções feitas na cidade nos primeiros anos do século XX, como a construção do teatro, o calçamento de algumas ruas e a substituição da iluminação à gás pela de acetileno, Castriciano critica o ceticismo de algumas pessoas quanto a possibilidade de se modernizar Natal. Quando foi apresentada a proposta para a criação da linha de bondes da Ferro Caril de Natal, vários foram

⁴⁸ CASTRICIANO, H. *Theoria organica das sociedades* (1902).p.170.

⁴⁹ LIMA, Pedro de. *Saneamento e modernização em Natal*: Januário Cicco, 1920.p.6.

⁵⁰ Castriciano, H. *Theoria organica das sociedades* (1902).p.168.

⁵¹ Idem.

os que duvidaram de sua construção e da viabilidade operacional da mesma.

Henrique Castriciano era favorável à criação desta empresa pela facilidade de transporte que ela traria para a população. Além disso, ele esperava que, tornando mais fácil o trajeto, houvesse uma maior integração entre os dois bairros (Cidade Alta e Ribeira) e, conseqüentemente, uma maior sociabilidade entre os moradores dos referidos bairros “donde resultará algum movimento, alguma vida” ⁵², atestando a importância das novas tecnologias e do progresso para o desenvolvimento da cidade e do indivíduo.



Figura 5: Bonde elétrico que fazia a linha Petrópolis.
Fonte: REGO, 1998.

Quando às opções de divertimento existentes na cidade, Henrique Castriciano destaca o teatro, os jardins, o cinema e as praças que, apesar de existirem para o lazer da população, pouco eram utilizadas. Comparando Natal a uma remota aldeia da Palestina, Castriciano afirma que o meio modorrento em que viviam os natalenses acabariam “n’um grande convento, com seus moradores taciturnos, cheios de palermia e de beatitude” ⁵³, com ruas e pessoas tão melancólicas que não tinham disposição, sequer, de ir ao jardim ou à praça apreciar música, conversar e interagir com moradores de outros bairros.

Os principais causadores do atraso intelectual e econômico da região, de acordo com a avaliação de Castriciano, eram a inaptidão em observar e interpretar as mudanças trazidas pela modernidade, o provincianismo da capital, a falta de entusiasmo pelas novas descobertas

⁵² CLÁUDIO, João. A esmo. A República, 04 de março de 1908. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleta: textos e poesias*. v.2.p.14.

⁵³ CLÁUDIO, João. A esmo. A República, 12 de fevereiro de 1908. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleta: textos e poesias*. v.2.p.9.

científicas, a falta de independência política do Estado e o gosto pela observação da vida alheia, fatores esses creditadas por Castriciano à má educação recebida, já que “a nossa retina não foi educada para tal cousa, mas para observamos a vizinha com que traje sahiu, quem a vae acompanhando, a quem a cumprimenta, ou quantas vezes o senhor ‘Fulano’ passa em tal rua e quem está na janella quando elle passa.”⁵⁴. Henrique Castriciano manifesta essa mesma opinião em outros trechos de suas crônicas, como este, em que ele afirma que “a nossa existencia parece a de um corpo sem cabeça, sem capacidades volitivas, sem órgãos de sentimento, sem vontade”⁵⁵. Essa comparação entre sociedade e corpo humano feita por Castriciano reafirma mais uma vez sua crença na teoria spenceriana relativa à sociologia.⁵⁶

Fazendo uma referencia à província antes da proclamação da República, Castriciano afirmava que, antes da República “havíamos sido umas victimas dos chamados presidentes de província que aqui vinham montar partidos, ou antes, desorganisar a nossa existencia politica”⁵⁷, embora ele observe, que muitos desses presidentes “eram homens de acção, porém a acção, quando mal dirigida, causa maior damno do que a inércia”.⁵⁸

Essa imagem de vida social monótona que Castriciano descreve em suas crônicas também era compartilhada por intelectuais da época, como Eloy de Souza que, em conferência proferida em fevereiro de 1909, também faz observações sobre o tédio social que havia na capital do Rio Grande do Norte antes da República, afirmando que os então presidentes de província “no intuito de matarem o próprio tédio”⁵⁹, procuravam criar distrações, fazendo com que a cidade fosse “lentamente se modificando, à medida em que as comunicações se tornavam mais fáceis...”⁶⁰. Havia, também, outras opiniões, que atestavam haver em Natal várias formas de divertimento, como o pastoril, o carnaval, quermesses, festas populares e serenatas, ainda que algumas não tenham durado, seja porque desapareceram no tempo, seja por terem sido proibidas pela polícia. Essas diversões são mencionadas em jornais como *O Santelmo* e *A República*⁶¹ que expressam opiniões divergentes, ora condenando, ora

⁵⁴ BRAZ, José. Aspectos natalenses (critica dos costumes). [s.n.t.]. p.10

⁵⁵ BRAZ, José. Aspectos natalenses (critica dos costumes). p.185

⁵⁶ A opinião de Castriciano sobre essa e outras teorias pode ser lida em CASTRICIANO, H. *Theoria organica das sociedades* (1902). p.164-171

⁵⁷ CASTRICIANO, H. Senador Pedro Velho. *A República*: 27/11/1901. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.) *Seleta: textos e poesias*. v.1. p.156.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ SOUZA, Eloy de. *Costumes locais e outros temas*. Mossoró: [s.n.], 1982. (Coleção Mossoroense, v.234). p.31.

⁶⁰ Idem. p.32.

⁶¹ Sobre esse assunto, há uma pesquisa em andamento, que mostra as diversas espécies de divertimento que haviam em Natal e as opiniões contraditórias sobre elas nas notas dos jornais. Ver: MARINHO, Márcia. *Natal e as novas diversões da Belle Epoque*. Trabalho apresentando na IX Semana de Humanidades, sob a orientação do Dr. Raimundo Arrais. Maio, 2003.

exaltando as manifestações populares, especialmente durante o carnaval, e a manutenção das antigas tradições, como os “papangús”, fandangos e pastoril⁶². O maior símbolo da indústria moderna, o cinema, então chamado “cinematógrapho”, chegou a Natal em torno de 1907, ainda de forma ambulante, fixando-se somente a partir de 1911, com a inauguração do cinema “Polytheama”, que se localizava na praça Augusto Severo, ao lado da Casa Paris em Natal, cujo nome mostra a influência francesa na cidade. Outro cinema bastante famoso na época foi o “Royal Cinema”, que se localizava na Ribeira.

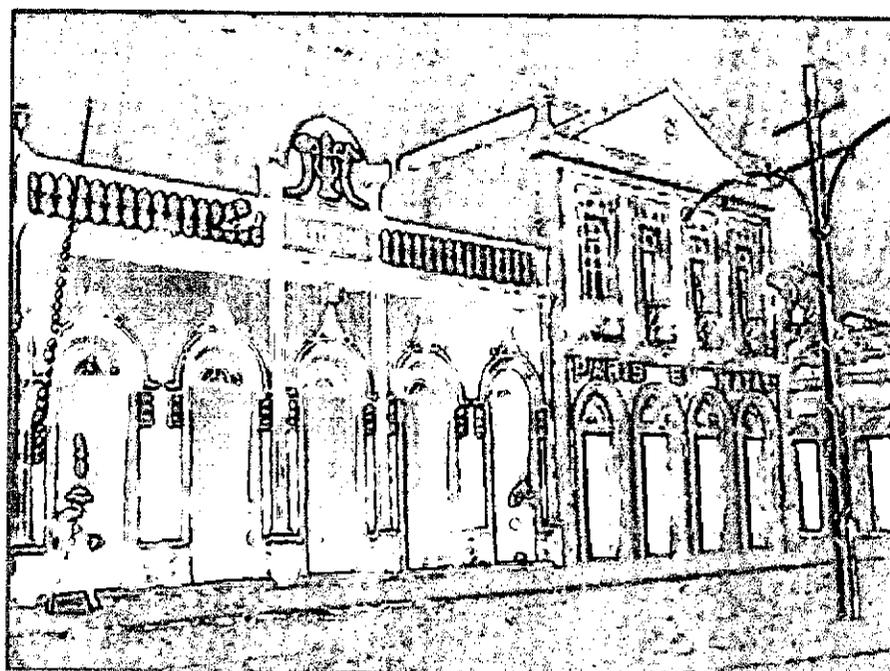


Figura 6: Cinematographo Polytheama (esq) e Casa Paris em Natal (dir).
Fonte REGO, 1998

Castriciano considerava a República como sistema superior à monarquia na medida em que lançou o país para a modernidade pela maior liberdade que deu em termos intelectuais, com a liberdade para a entrada e discussão de idéias que não havia na monarquia, com a e escolhas ao povo, em relação a seus governantes já que, de acordo com sua análise da teoria de Haeckel, “a liberdade economica, juridica e politica corresponde à manifestação das forças sociaes externas”⁶³. Castriciano, que participava ativamente da política do Rio Grande do Norte devido à sua ligação com o grupo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e os vários cargos que ocupou no Estado, defendia a liberdade propiciada pelo regime republicano ao Estado e criticava duramente a monarquia, considerando que “As

⁶² Sobre as diversões existentes em Natal durante o século XIX, consultar CASCUDO, Luís da Câmara. **Historia da cidade do Natal**.p.293-298

⁶³ CASTRICIANO, H. *Theoria organica das sociedades* (1902).p.168.

roscas de anaconda do centralismo monarchico reduziram-nos à mesquinha condição de títeres, de pobres victimas de uma tutoria que nos humilhava, que nos deshonrava”.⁶⁴

A política, embora presente em várias de suas crônicas, não o inflamava tanto quanto a educação ou o escotismo. A criação da Liga de ensino e da Escola Doméstica⁶⁵ foi, para ele, não apenas a concretização de um sonho, mas o provimento de uma necessidade básica e urgente que era a reformulação e a modernização da educação feminina no Estado, enquanto que a criação do grupo de escoteiros tinha como propósito maior o adestramento dos jovens a partir dos esportes, das caminhadas e da disciplina a ser aprendida nos grupos de escoteiros e que muito iriam melhorar seu comportamento, sua saúde e sua participação na sociedade, pois, afirmava ele que “a mocidade brasileira não perdeu as energias de outrora: apenas, na desorientação geral, essas energias adormeceram à falta de educação conveniente – positiva e idealista ao mesmo tempo”⁶⁶. Januário Cicco elogiou o incentivo dado pelas escolas aos esportes, afirmando que “nossos educadores aperfeiçoam a geração de amanhã, preparando as suas resistências para a lucta do mais forte e contra as moléstias”.⁶⁷

Essas instituições, o escotismo, a Liga de Ensino e a Escola Doméstica contribuiriam não apenas para a formação intelectual dos jovens, mas também para a formação moral, visto que “A grande chaga do Brazil não está, propriamente, no analphabetismo, mas na tremenda descomposição moral dos letrados. Essa descomposição origina-se da immoralidade e da indisciplina”.⁶⁸ O progresso deveria ser alcançado através da educação, também necessária para a construção da nação brasileira nos moldes das nações européias pois “o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país”.⁶⁹

O grande objetivo da Liga de Ensino e Escola Doméstica era, pois “aproximar a escola da família, de accordo com a melhor pedagogia contemporanea, e fazer da mulher, educada na simplicidade, no trabalho intellectual e manual bem orientado, um elemento destinado a nação do futuro”.⁷⁰ A avaliação feita por Castriciano sobre o ensino nas escolas domésticas da

⁶⁴ CASTRICIANO, H. Senador Pedro Velho.p.156.

⁶⁵ Sobre a criação destas e de outros estabelecimentos de ensino no Rio Grande do Norte, consultar GERMANO, José Willington;GICO, Vânia de;STAMATTO, Maria Inês S.; SILVA, Francisca Aurinete G. B. da. (Org.) **A Educação no Rio Grande do Norte: fontes oficiais:século XX**. Natal: EDUFRN, 2000. v.2.

⁶⁶ CASTRICIANO, H. A juventude, os sports e o escotismo. A República, 14 de novembro de 1916. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). **Seleta: textos e poesias**.v.1.p.322.

⁶⁷ LIMA, Pedro de. **Saneamento e modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920.p.6

⁶⁸ CASTRICIANO, H. A juventude, os sports e o escotismo.p.325.

⁶⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**.p.85.

⁷⁰ CASTRICIANO, H. Educação da mulher. Typographia do Instituto. 23 de julho de 1911. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). **Seleta: textos e poesias**.v.1.p.293.

Europa, especialmente na Suíça, levou-o a considerar o ensino doméstico junto com a preparação das alunas para o mercado de trabalho como a pedagogia ideal, já que provia a mulher de elementos educacionais que a levariam a bem administrar sua casa e, também, caso fosse necessário, a sustentar sua família com o trabalho no ensino.

Os principais causadores do atraso intelectual e econômico da região, de acordo com a avaliação de Castriciano, eram a inaptidão em observar e interpretar as mudanças trazidas pela modernidade, o provincianismo da capital, a falta de entusiasmo pelas novas descobertas científicas, a falta de independência política do Estado e o gosto pela observação da vida alheia, fatores esses creditadas por Castriciano à má educação recebida.

A formação autodidata de Castriciano, o seu gosto pela leitura variada de temas e autores, fazia com que ele se diferenciasse de outros intelectuais da época por não se ligar apenas a uma teoria ou escola literária. Segundo Cascudo, Henrique Castriciano avaliava o que lia, comparando os autores e as teorias para, então, formar um quadro que, unindo o que ele achava de mais lógico nas suas leituras, formasse sua opinião sobre qualquer tema que lhe fosse proposto. Um exemplo disso foi a análise que fez sobre as teorias de Spencer e Comte, que incluem também passagens de Haeckel e Noire, dentre outros.⁷¹

Castriciano não aprovava a educação dada às moças da época, afirmando que não conhecia “nada mais nocivo do que a nossa educação feminina, os nossos hábitos excessivamente caseiros, macambusios, traduzindo uma existência sem arte e sem civilização”.⁷² Mesmo defendendo a modernização da educação e a liberdade de pensamento religioso, Castriciano revela-se contraditoriamente conservador quanto à educação feminina, assegurando que “não convem de modo algum tentar por enquanto outra educação a não ser a catholica, em se tratando de meninas e de mulheres”.⁷³

A educação precária e a pouca dedicação da leitura trazem uma insegurança que se reflete, inclusive, na expressão verbal de idéias e sentimentos, instando Henrique para que

nos habituemos a pensar por conta própria; sobretudo, não sendo isso possível, porque idéias originaes não as tem quem deseja, é preciso que nos habituemos ao menos a encontrar palavras para exprimir com a prata da casa, com o nosso estylo, com a nossa personalidade, as idéas que nos vem do estrangeiro.⁷⁴

⁷¹ Para melhor aprofundamento nessa análise, consultar CASTRICIANO, H. *Theoria organica das sociedades* (1902).p.164-171

⁷² BRAZ, José. *Aspectos natalenses (crítica dos costumes)*. p.09

⁷³ BRAZ, José. *Férias*. Arquivo da ED, [s.n]. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.) *Seleção: textos e poesias*. v.1.p.12.

⁷⁴ CLÁUDIO, João. *Cinco minutos*. A República, 04 de julho de 1917. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.) *Seleção: textos e poesias*. v.1.p.343.

A educação feminina, para ele, não serviria apenas para preparar a mulher para gerir seu lar. Um de seus objetivos seria prepará-la também para o mercado de trabalho, para que com a “criação de um estabelecimento de ensino devidamente apropriado”⁷⁵ tivesse “deante de si um futuro, uma carreira a seguir”⁷⁶, especialmente na função de educadora infantil, pois tinha a convicção que “as mulheres compreendem melhor às crianças, penetram mais facilmente no íntimo desses delicados seres, a quem são naturalmente dedicadas”⁷⁷.

Essa avaliação sobre o tipo de educação dada pelas famílias em Natal é reforçada em outra crônica, de 1902, na qual Henrique busca explicar a falta de clareza neste período: “nos sentimos numa época de transição, n'um período em que o sentimento anda a procura de um ponto de apoio; em que a moral religiosa anda falseada por quasi todos os Occidente”⁷⁸.

A necessidade de introduzir moldes educacionais nacionais e internacionais, práticos e eficientes, levou-o, junto com outros natalenses preocupados com a educação no Rio Grande do Norte a preocupar-se em bem preparar a mulher para o desempenho de suas funções no lar, porém, aproximando a escola da família, buscando a melhora do ensino feminino e o ensino voltado para as pessoas de baixa renda e, conseqüentemente melhora do relacionamento entre os vários níveis sociais e intelectuais da sociedade, já que, para Henrique Castriciano, a falta da educação formal era não apenas um mal individual, mas também coletivo, visto que uma sociedade inculta é incapaz de progredir, de buscar novas soluções para seus problemas e de absorver novos conhecimentos para, a partir deles, melhorar seus aspectos sociais, políticos e econômicos, desenvolvendo novas tecnologias, ampliando o comércio e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos. A educação para a mulher, porém, ainda estava voltada para suas funções dentro do lar “sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas de instrução já que ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro”⁷⁹.

O progresso buscado por Castriciano, decorreria da evolução da educação e do caráter individual, a ser formatado pela disciplina, pela educação e pelos esportes. Castriciano acreditava que somente a partir da educação, o indivíduo e, mais acentuadamente, a mulher, evoluiria, se tornaria mais capaz de discernir o que era mais adequado à sua vida familiar e social e, conseqüentemente a esse discernimento, haveria a busca pelo melhoramento das

⁷⁵ CLÁUDIO, João. A esmo. A República, 11 de março de 1908. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção: textos e poesias*. v.2. p. 124.

⁷⁶ Idem

⁷⁷ Idem. p. 122.

⁷⁸ CASTRICIANO, H. *Theoria organica das sociedades* (1902). p. 170

⁷⁹ DIAS, Franknilda Macia de Medeiros. *Da escola ao lar: a mulher na cidade do natal* (1915-1930). p. 35.

condições sociais e familiares. Embora pregasse a modernização das escolas, principalmente através do ensino técnico e do Estado, de acordo com a modernidade em vigor, além dos melhoramentos que proviriam do saneamento das cidades, especialmente da capital, Castriciano mostrava-se bastante conservador no que se refere ao tipo de educação que pretendia para as jovens potiguares e que aparece especialmente em artigo escrito em 1911, onde faz uma crítica a Escola Normal, defendendo uma reforma “no sentido de tornar practico o ensino, creando secções technicas, o nosso estabelecimento normal poderia prestar reaes serviços, sob a orientação de pedagogos profissionaes.”⁸⁰, pois “A valorização da esfera familiar e a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e presente na vida doméstica resultou em sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”⁸¹ e isso deveria ser combatido para que se pudesse oferecer à mulher uma educação mais abrangente, não tão voltada para o lar, mas para a vida fora dele.

Castriciano aproveita para declarar-se “convencido de que o problema da instrução é o mais sério do Brazil e porque estou vendo o descaso com que a maioria dos estadistas da Republica vai deixando de lado a educação popular.”⁸², sugerindo que recursos particulares poderiam ser usados para expandir a educação “pela razão muito simples de que o erário publico nem decuplicado poderia manter as escolhas que o Rio Grande do Norte necessita”.⁸³

A inauguração da Escola Doméstica, em 1911 foi, portanto, não apenas a realização de um sonho, mas a concretização de um ideal, o de construir uma nova mulher no Estado, mais instruída e melhor preparada para a vida em sociedade, pois desejava que “a sabedoria doméstica fosse a base do conhecimento, a inicial, indispensável, insubstituível”⁸⁴

Handwritten signature and date:
 Henrique Castriciano
 1911

⁸⁰ CASTRICIANO, H.O dr. Alberto Maranhão e a Liga de Ensino. A República, 02/10/1911. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção de textos e poesias*. v.1. p.309

⁸¹ DIAS, Franknilda Macia de Medeiros. *Da escola ao lar: a mulher na cidade do natal (1915-1930)*. p.29.

⁸² CASTRICIANO, H. O dr. Alberto Maranhão e a Liga de Ensino. p.310

⁸³ Idem

⁸⁴ ALBUQUERQUE, José Geraldo de. *Henrique Castriciano: (um reformador social)*. 1985. Tese (Mestrado em História)-UFRN/PRAEU, Natal. (coleção Textos Acadêmicos). p.82



Figura 7: Henrique Castriciano e alunas da primeira turma de concluintes da Escola Doméstica, 1919.

Fonte: Arquivo da Escola Doméstica

A economia também foi um dos fatores analisados por Castriciano em suas crônicas, especialmente as atividades econômicas advindas do trabalho feminino como, por exemplo, o artesanato, a agricultura, o pequeno comércio e o ensino. A falta de incentivo do governo e as dificuldades próprias do trabalho feminino da época (como os baixos salários e a conciliação entre o trabalho e o cuidado com os filhos) são fatores apontados por Henrique que poderiam ser modificados se o poder público estimulasse a capacidade de trabalho da mulher, “melhorando-lhe, por meio do ensino, as industrias com que se mantém e facilitando, por todos os meios legais, o commercio dos objectos que fabricam”.⁸⁵

Outra preocupação de Castriciano foi a ignorância e o desprezo dos natalenses quanto as produções literárias regionais. Além de leitores pouco assíduos, seus contemporâneos, segundo ele, tinham uma má vontade contra os que desejavam fazer carreira nas letras, manifestando seu desdém ridicularizando-os ou simplesmente ignorando os trabalhos aqui produzidos. Como apreciador da leitura em forma de poesia ou prosa, sem delimitação de assuntos e também das produções culturais regionais, como as danças e as canções simples dos sertanejos, Castriciano não deixa de observar, em suas crônicas, a indiferença intelectual, inclusive as dos bacharéis que, depois de formados, abandonam os livros, limitando-se a ler romances baratos e outro tipo de leitura obrigatória de sua função. Sobre isso, Castriciano escreveu que “somos simplesmente um povo de burocratas, tanto assim que a bacharelomania

⁸⁵ CASTRICIANO, H. Educação da mulher.p.293

constitue um dos graves defeitos de nossa organização social⁸⁶. Castriciano também faz uma censura aos que se limitam a criticar mesquinamente a produção literária do Estado, comentando que “esta animadversão manifesta-se por maio do ridículo ou da indiferença, e não só é dardejada pelo grosso do público”⁸⁷ e incentiva os escritores locais a não esmorecer e a continuarem a lutar contra as críticas mordazes e a oferecerem obras literárias aos amantes desta arte. A República trouxe consigo um novo parâmetro para as discussões políticas, especialmente através de jornais e periódicos, tendo Cascudo afirmado que “A vida intelectual da cidade teve como expressão natural o jornalismo político e como processo de exteriorização literária a modinha”.⁸⁸ Cada partido político tinha seus jornais que, ao mesmo tempo em que os defendiam, atacavam seus adversários. A partir de 1900, surgiram, além dos jornais, revistas, como a do centro Polimático, entre 1920 e 1924 e a revista Via Láctea, entre 1914 e 1915, revista “orgulhosamente feminina”, segundo Cascudo.⁸⁹

A respeito disto, em 1908, Castriciano, então secretário de governo, cria a lei de Nº 145, a qual estabelece que caberia ao governo mandar imprimir os livros de ciência ou literatura produzidos por norterio-grandenses aqui residentes ou não-naturais do Estado, mas que aqui fossem domiciliados definitivamente, além de estabelecer prêmios literários e criar financiamento para a manutenção da cultura local.⁹⁰

Essa lei foi, durante muito tempo, o mais importante incentivo literário do Estado, visto que vários autores não tinham ainda suas obras editadas ou reeditadas pela falta de incentivo e condições financeiras de arcar com as despesas de impressão e distribuição de seus livros. O próprio Castriciano foi um grande incentivador dos escritores locais, tendo feito uma grande pesquisa sobre a poetisa Nísia Floresta. Além disso, publicou um livro de Ferreira Itajubá e promoveu a redescoberta de Lourival Açucena, do qual, posteriormente, Câmara Cascudo reuniria poemas.

O cotidiano da cidade também interessou a Henrique Castriciano. Achava ele a cidade melancólica, sem lugares para diversão familiar, onde as mulheres viviam reclusas e os homens, apesar de terem maior liberdade de circular pela cidade, não tinham ou espírito ou disposição para festas. Além disso, certos aspectos do dia a dia da cidade também o

⁸⁶ CAPITULINO, José. Os imbecis II.A Tribuna, 29/01/1899. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleção: textos e poesias*. v.3. p.91.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Historia da cidade do Natal*. p.370

⁸⁹ Sobre essas e outras publicações, consultar CASCUDO, Luís da Câmara. *Historia da cidade do Natal*. p.370-385.

⁹⁰ ALBUQUERQUE, José Geraldo de. *Henrique Castriciano: (um reformador social)*. p.57.

preocupavam, pois, tendo visitado ou residido por algum tempo em outras cidades, como Fortaleza e Rio de Janeiro, sem duvida maiores e mais “modernas” do que Natal, achava certos hábitos muito antigos e provincianos. Assim ele descreve a cidade:

A tarde as senhoras - coitadas, essas é que pagam a nossa estupidez - aparecem à janella, rapidamente, receiando as más linguas, e os homens, depois de fartos, sem mudar os collarinhos suados do trabalho diário e da quentura da sopa, saltem vagarosamente, - verdadeiros pachidermes - a passos medidos, e sentam-se em modestas cadeiras de junco, onde reunidos em grupos, fazem commentarios às ocorrencias do dia.⁹¹

A população natalense demonstrava, pois “ar bisonho e matutamente pacato”⁹² Ironizando, ele se divertia vendo, em seus conterrâneos “o nosso andar de desocupados, as pernas bambas, o torso nado, os braços sem acção, apenas segurando a bengalinha ou o velho chapéu de sol burguez...”⁹³ Essas características apontadas por ele refletiam sua opinião sobre a falta de vigor e a precariedade da educação física ministrada nas escolas da época, além de levá-lo a refletir sobre as teorias raciais em voga na ocasião.

A falta de espírito empreendedor dos comerciantes da cidade também foi alvo de suas observações. Indignado com um acontecimento observado nas proximidades de sua casa, Henrique aproveita para sugerir modificações no transporte da cidade, já que as ruas eram calçadas e esse melhoramento deveria ser aproveitado em proveito dos comerciantes, pois o uso de carroças leves no transporte de mercadorias iria “baratear os fretes, o barulho das carroças daria uma illusão de vida que animaria a nossa pacata e monótona capital”.⁹⁴

Com relação à estética do vestuário e da arquitetura da cidade, o cronista repara que não houve grandes mudanças na cidade e muito menos se acompanhava a moda em Natal, a não ser a renovação anual causada pela volta dos estudantes que faziam faculdade na Europa ou mesmo em outros Estados e que traziam algumas novidades. Mas, em termos de arquitetura, Castriciano nota que “Nenhum proprietario trouxe sequer de viagens que fizesse o menor desejo de melhorar a edificação da cidade”⁹⁵. Nem a Igreja escapa da critica do autor, que as descreve como “aleijões, sem riqueza e sem arte.”⁹⁶ concluindo que a causa dessa falta de criatividade arquitetônica devia-se à “indole conservadora da população, ao que parece

⁹¹ BRAZ, José. Aspectos natalenses (critica dos costumes). p.186

⁹² BRAZ, José. Aspectos natalenses (critica dos costumes). p.10

⁹³ Idem.

⁹⁴ Y. Pro anima vilis. A República, 22/09/1906. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). Seleta: textos e poesias. Natal: [s.n.]. v.1.p.203.

⁹⁵ Y. Segundo Wanderley. A República, 01/09/1909. In:ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). Seleta: textos e poesias. Natal: [s.n.]. v.1.p.285.

⁹⁶ Idem.p.285.

disposta a desrespeitar esse passado venerando.”⁹⁷

Sobre o conservadorismo da população, cabe observar, em relação as modificações na cidade, que “ao mesmo tempo em que as pessoas ansiavam pelos mecanismos modernos, manifestavam o medo das novidades que a modernidade trazia a vida urbana, a inquietação com as modificações no ritmo e à ordem da vida anterior...”⁹⁸.

Posteriormente, com o advento das idéias sanitaristas e o higienismo, algumas mudanças foram feitas na cidade, que ganhou novos prédios, construídos com maior requinte e cuidado arquitetônico, além do nivelamento e calçamento das ruas. A construção do bairro da Cidade Nova, todo planejado nos moldes higienistas, com ruas e avenidas largas e arborizadas, a implantação da nova iluminação e o transporte por meio de bondes mudaram o aspecto da cidade os anos 20. A Cidade Nova foi projetada para ser, “na impossibilidade de se criar uma nova cidade no lugar da existente”,⁹⁹ um lugar que tivesse “todas as condições de salubridade adequadas para um viver confortável e saudável”.¹⁰⁰ Januário Cicco considerava o Tirol que formava com Petrópolis o bairro da Cidade Nova como “o bairro mais saudável de Natal”,¹⁰¹ devido aos seus ares e suas largas e extensas avenidas, moldadas pelas características higienistas.

Embora essas mudanças tenham trazido um ar mais moderno para a cidade, nem tudo funcionava a contento, causando transtornos e reclamações. Dentre os problemas apontados pela população, estavam a constante falta de energia elétrica que, além de trazerem problemas à iluminação da cidade, ainda causavam alterações no horário de circulação dos bondes.

As causas prováveis desses problemas foram a falta de manutenção das máquinas e conservação da rede elétrica, embora o rompimento do governador Joaquim Ferreira Chaves com os Albuquerque Maranhão tenha sido, na opinião de alguns autores, um dos fatores para o mau funcionamento desses maquinários pelo fato de que foi no governo de Alberto Maranhão que se estabeleceu contrato com a empresa fornecedora de serviços, contrato este que deixou de ser cumprido no governo de Ferreira Chaves devido à contenção de despesas feitas por ele. Esse rompimento prejudicou a continuidade da modernização do Rio Grande do Norte, principalmente da capital, pelo fato que “a modernização da cidade não escapava ao

⁹⁷ Idem.p.285

⁹⁸ ANDRADE, Alenuská Kelly Guimarães. *A alma da cidade: a energia elétrica em Natal (1905-1920)*.p.42

⁹⁹ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado – uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20[s.d.]*. Tese (Mestrado em Arquitetura). Departamento de Arquitetura, Natal.p.38

¹⁰⁰ Idem.p.38

¹⁰¹ LIMA, Pedro de. *Saneamento e modernização em Natal: Januário Cicco, 1920*. Natal:Sebo vermelho Edições, 2003.p.38.

duro jogo político local”.¹⁰²

Além dos problemas políticos advindos do seu rompimento com o grupo dos Albuquerque Maranhão, que dominava a política norte-rio-grandense há mais de vinte anos, o governador Joaquim Ferreira Chaves, além disso, enfrentou uma grave crise financeira que o levou a cortar custos para equilibrar o orçamento e poder pagar o empréstimo feito por Alberto Maranhão para a implantação de melhorias no Estado. Apesar de toda a modernização implantada durante o governo de Alberto Maranhão e que, devido a crise financeira já referida, foi continuada de maneira mais reduzida durante o governo de Joaquim Ferreira Chaves, Castriciano considerada a cidade ainda dependente de recursos vindos de fora, incapaz de sustentar-se, “sem movimento, sem indústria, sem recursos próprios”.¹⁰³ Essa dependência era, na avaliação de Castriciano, perniciosa, pois “Natal ficou sendo uma cidade curiosa, mixto singular de bucolismo e de civilização em esboço”.¹⁰⁴

Castriciano, embora tenha feito uma análise bastante abrangente da situação política, econômica, social e educacional no Rio Grande do Norte, não se restringiu apenas à ótica otimista do grupo político a que se ligava, fazendo críticas sobre vários aspectos dos quais discordava do grupo e também sobre o que discordava da situação nacional.

Enquanto no jornal *A República*, de propriedade da família Albuquerque Maranhão e do qual Castriciano foi colaborador durante mais de vinte anos, exaltavam-se sempre as realizações políticas do grupo liderado por Pedro Velho, Castriciano, embora pertencesse ao mesmo grupo, ora exaltava suas realizações, ora as criticava, sempre sugerindo mudanças a serem feitas, assim como expondo sua opinião sobre diversos assuntos de interesse da sociedade norte-rio-grandense e divulgando as idéias que vinham do exterior, fossem elas educacionais ou científicas.

¹⁰² ARRAIS, Raimundo. *Da natureza à ciência: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX*. Coletânea AS Livros (no prelo).

¹⁰³ CASTRICIANO, H. *Lourival e seu tempo - I*. *A República*, 03/07/1907. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Seleta: textos e poesias*. Natal: [s.n.], v. 1, p. 221.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 221

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização que caracterizou o início do século XX trouxe um série de mudanças na vida social e intelectual mundiais. Países como a França e a Inglaterra iniciaram mudanças urbanas em suas capitais que influenciaram várias cidades, inclusive as maiores capitais do Brasil. As novas idéias e teorias também se difundiram a partir desses países e influenciaram os intelectuais brasileiros. A cidade do Natal foi influenciada pelos processos de modernização pelo qual passavam esses países e pelas mudanças feitas em outras capitais do Brasil como, por exemplo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Manaus sob a influência européia. As mudanças trazidas pela República e pelas novas idéias que vinham da Europa, fizeram com que as elites locais, junto aos governos das cidades, iniciassem um período de reconstrução e remodelação das cidades, visando não apenas a melhorar as condições de vida da população, mas também fazer com que as cidades se assemelhassem com as capitais européias. Essas modificações no aspecto urbano serviriam, segundo acreditavam as elites, para melhor projetar o Brasil no cenário econômico mundial, apresentando-o como um país moderno e progressivo.

Cidades como Paris e Londres foram fortes influenciadoras das mudanças implantadas nas maiores capitais brasileiras, tanto nas mudanças arquitetônicas, quanto nas mudanças culturais e na vida social. O início do regime republicano e as novas tecnologias e teorias que entraram no país, trouxeram consigo novas idéias, as quais foram assimiladas pela elite intelectual do país e, de certa forma, muitas delas, como as referentes às noções de higiene e saúde, chegaram a ser impostas a população das cidades, como a vacinação contra a varíola e as reformas que foram feitas nos centros das grandes cidades.

As idéias modernizadoras se generalizaram no país a partir da proclamação da República chegaram ao Rio Grande do Norte especialmente durante o período do segundo governo de Alberto Maranhão que, apoiado por um grupo de intelectuais locais, promoveu uma revitalização do centro da cidade do Natal de acordo com as mudanças já implantadas nas outras capitais.

As crônicas de Henrique Castriciano escritas durante esse período, serviram para montar um quadro do que significaram essas mudanças no contexto urbano da cidade do Natal, visto que, devido à sua participação no processo de modernização da cidade, tinha ele uma visão privilegiada do que pretendiam a elite e o governo para a reformulação da capital. Além disso, Castriciano possuía uma cultura muito abrangente, em termos de teorias e

conceitos, que vinha das suas leituras, sempre muito diversificadas e das muitas viagens que fez a cidades como Rio de Janeiro e Recife, as quais já sofriam um processo de reformulação.

Sua capacidade de observação e análise do cotidiano foram fundamentais para que ele não apenas descrevesse a realidade da cidade e as mudanças que nela ocorriam, mas também para que sugerisse o que, na sua opinião, poderia ser feito para melhorar as condições sanitárias, culturais, educacionais e de moradia da cidade.

Por fim, a análise das mudanças implantadas em Natal nas primeiras décadas do século XX, é importante na medida em que reconstrói um período importante, não só de mudança na urbanização da cidade, mas também de mudança nas idéias. Esse período não é muito explorado pela historiografia, ainda, mas é muito rico em conceitos e em mudanças de comportamento e padrão de uma capital que iniciou o século como obscura e pequena cidade e que, ao longo dele procurou crescer e projetar-se para o futuro.

FONTES

ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). **Seleta: textos e poesias**. Natal: [s.n.]. 1993. v. 1-3

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **Henrique Castriciano: (um reformador social)**. 1985. Tese (Mestrado em História)-UFRN/PRAEU, Natal. (coleção Textos Acadêmicos).

ALMEIDA, Cristiane de Araújo. **Modernidade e as obras publicas em Natal** (segundo governo de Alberto Maranhão). 2002. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História da UFRN, Natal.

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A alma da cidade: a energia elétrica em Natal (1905-1920)**. 2003. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História da UFRN, Natal.

ARRAIS, Raimundo. **Da natureza à ciência: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX**. Coletânea AS Livros (no prelo).

ARAUJO, Humberto Hermenegildo de. **Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 1995.

BARBOSA, Edgar. **Imagens do tempo**. Natal: imprensa universitária, 1966.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no RN (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Historia da cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Nosso amigo Castriciano**. Recife: Imprensa Universitária, 1921.

DANTAS, Manoel. **Natal daqui a cinquenta anos**. Mossoró: [s.n.], 1989. (Coleção Mossoroense, nº 606).

DIAS, Franknilda Macia de Medeiros. **Da escola ao lar: a mulher na cidade do natal (1915-1930)**. 2002. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História da UFRN, Natal.

GERMANO, José Willington; GICO, Vânia de; STAMATTO, Maria Inês S.; SILVA, Francisca Aurinete G. B. da. (Org). **A Educação No Rio Grande Do Norte: fontes oficiais: século XX**. Natal: EDUFRN, 2000. v. 2.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Pedro de. **Saneamento e modernização em Natal: Januário Cicco, 1920**. Natal: Sebo vermelho Edições, 2003.

MARINHO, Márcia. **Natal e as novas diversões da Belle Epoque**. Trabalho apresentado na IX Semana de Humanidades. Natal, 2003.

OLIVEIRA, Giovana Paiva. **De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal 1889-1913**. Natal: EDUFRN, 1999.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.85.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SOARES, Jamilson Azevedo. **Fragments do passado** – uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20[s.d.]. Tese (Mestrado em Arquitetura). Departamento de Arquitetura, Natal.

SOUZA, Eloi de. **Costumes locais e outros temas**. Mossoró: [s.n.], 1982. (Coleção Mossoroense, v. 234).

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte - 1889-1930**. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989.

WEBER, Eugen. **França fin de siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ICONOGRAFIA

Figura 1: **História Viva**, São Paulo, Ano 1, nº 04, p.82, fevereiro de 2004

Figuras 2 a 6: REGO, Giovanni Sérgio; CASTRO, Nei Leandro. **Natal 400 anos: uma viagem poética**. Natal: Dois. A Publicidade, 1998.

Figura 7: Arquivo da Escola Doméstica de Natal.

